

MARINHA

ORDEM DA ARMADA

1.ª SÉRIE



OA1 N.º 14 - 20 de março de 2019

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada determina e manda publicar o seguinte:

Louvores, Condecorações e Prémios	1
Exonerações e Nomeações	17
Promoções e Graduações de Oficiais	18
Legislação	22
Atos de Hierarquia Superior ao Chefe do Estado-Maior da Armada	23
Outros Atos Internos	27

Louvores, Condecorações e Prémios

Louvores:

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 25 de setembro de 2018, pelo 20979 Vice-almirante HENRIQUE EDUARDO PASSALÁQUA DE GOUVEIA E MELO, Comandante Naval, ao 20581 Comodoro VALENTIM JOSÉ PIRES ANTUNES RODRIGUES, o qual se publica:

Após cerca de dois anos a exercer as funções de Comandante da Zona Marítima dos Açores (CZMA) e, em acumulação, Chefe do Departamento Marítimo dos Açores (CDMA) e de Comandante Regional da Polícia Marítima dos Açores (CRPMA), vai cessar funções o 20581 Comodoro Valentim José Pires Antunes Rodrigues.

Durante este período, o Comodoro Antunes Rodrigues prosseguiu, com assinalável sucesso, uma política de incremento e consolidação das relações institucionais da Marinha e da Autoridade Marítima com outros órgãos e agências do Estado e com as entidades da Região com competências nos espaços marítimos, nomeadamente, Câmaras Municipais e Comandos Distritais de Operações de Socorro combinando, de forma notável, a exigência dos cargos que desempenhou com uma atitude de assinalável pragmatismo, revelando competências extraordinárias que soube conjugar, de forma contagiante, com a sua inabalável paixão pela Marinha e pela Autoridade Marítima.

Não obstante os constrangimentos com que foi confrontado no exercício das suas funções, a reconhecida competência, o rigor posto na ação, a determinação com que o Comodoro Antunes Rodrigues enfrentou os problemas e o espírito dinâmico e empreendedor que sempre o nortearam, a par de uma liderança pautada pelo exemplo e dedicação, conseguiu contornar dificuldades, congregar esforços, conciliar interesses e ajustar procedimentos, resultando níveis de desempenho altamente prestigiados, indutores de segurança e de confiança no seio da comunidade marítima que pratica os mares desta Região Autónoma. São reflexo da sua ação as elevadas taxas de sucesso no salvamento marítimo e socorro a naufragos e na busca e salvamento desenvolvida pelo Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC) de Ponta Delgada, em articulação com a estrutura local da Autoridade Marítima e o Serviço Regional de Proteção Civil.

Através do CZMA, a Marinha participou em múltiplos exercícios, tendo em vista a prontidão, o controlo dos espaços marítimos e o serviço que presta aos portugueses e à segurança coletiva, contribuindo para que Portugal use o mar, destacando-se o exercício AÇOR17, executado para treinar a resposta a um evento sísmico grave, o exercício LUSITANO 17 que exercitou uma Operação de Evacuação de Não Combatentes em contexto de Operações de Resposta a Crises e Operações de Apoio à Proteção Civil, o exercício TOURO 17 que testou a capacidade de transporte e projeção de meios humanos e materiais pelo navio em missão na ZMA e procedimentos no apoio à Proteção Civil e às populações. Além destes, colaborou na realização, em Ponta Delgada, em junho do corrente ano, de um exercício de Demonstração de Capacidades para apoio a ações de proteção civil e de assistência humanitária em resposta a situações de emergência resultantes de catástrofe natural, no qual participaram diversos meios navais. No âmbito da preservação do meio marinho e do combate à poluição no mar, em cooperação estreita com a Autoridade Marítima Nacional, apoiou, com os meios navais atribuídos, a realização dos exercícios SANTA POL 17, MARIA POL 18 e do exercício internacional ATLANTIC POLEX 18, nos quais foram simulados acidentes com embarcações dentro do porto.

De acordo com a nota em apreço do VALM DGAM e CGPM, Vice-almirante Sousa Pereira, o Comodoro Antunes Rodrigues, enquanto CDMA e CRPMA, promoveu um criterioso controlo das atividades das capitânias dos portos, assumindo a coordenação dos assuntos da sua competência e assegurou o cumprimento das disposições relativas à Autoridade Marítima na Região Autónoma dos Açores, pugnando sempre pelo rigoroso cumprimento das determinações superiores e legislação em vigor. Nesta matéria releva-se igualmente a permanente preocupação pelo rigor orçamental, não descurando, contudo, a satisfação das necessidades operacionais das capitânias dos portos e comandos locais da Polícia Marítima. Logrou conseguir, ainda, um incremento na articulação com as associações regionais de modalidades relacionadas com atividades no mar, permitindo um reforço da imagem da

Autoridade Marítima e da Marinha, bem como a diminuição consolidada da taxa de infrações registadas nas fiscalizações desenvolvidas pelas unidades navais atribuídas e pelos comandos locais da Polícia Marítima, fruto de uma estratégia de proximidade para com os profissionais, em estreita ligação com a Direção Regional de Pescas, implementando uma cultura de segurança com jornadas de sensibilização e formação.

No âmbito das competências e atribuições em matéria de Busca e Salvamento do MRCC Delgada, o Comodoro Antunes Rodrigues participou no exercício Internacional *Advanced Search and Rescue Exercise 2017* (ASAREX 17) organizado pelo Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo (RCC Lajes) na Ilha Terceira, em setembro de 2017, através do MRCC Delgada e do Navio de Patrulha Oceânico NRP *Viana do Castelo*, no Exercício ESCALA TOTAL 18, junto ao aeroporto da ilha das Flores, em março de 2018 e, em setembro de 2018, o MRCC Delgada organizou o exercício ASAREX 18, com a presença de equipas e meios de busca e salvamento da Força Aérea Portuguesa e de outras entidades nacionais e estrangeiras.

No âmbito do reforço das relações de cooperação com as diferentes autoridades civis e militares e no relacionamento institucional, o Comodoro Antunes Rodrigues, participou em diversas palestras e conferências no âmbito da divulgação da Marinha e das Forças Armadas, do Dia da Defesa Nacional e de atividades científicas e culturais, sendo de realçar o seminário sobre a 1.ª Grande Guerra, a apresentação dos trabalhos hidro-oceanográficos do NRP *D. Carlos I*, a cerimónia evocativa dos 120 anos da morte do Comandante Roberto Ivens e a exposição evocativa do Centenário do Combate do NRP *Augusto de Castilho* e o Submarino U-139. Ainda neste contexto, dinamizou diversas atividades de divulgação como as exposições e visitas organizadas a unidades da Marinha, unidades navais de visita aos portos do arquipélago e através de batismos de mergulho, por ocasião da celebração dos dias da Marinha de 2017 e 2018 e ainda da celebração do 10 de junho de 2018, em Ponta Delgada.

Assim, fazendo uso da competência que me é conferida por Lei, louvo o 20581 Comodoro Valentim José Pires Antunes Rodrigues pelo excecional desempenho evidenciado no exercício das funções anteriormente elencadas e cujos resultados contribuíram para o prestígio da Marinha e de Portugal, sendo de inegável justiça considerar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 5 de dezembro de 2018, pelo 20578 Vice-almirante LUÍS CARLOS DE SOUSA PEREIRA, Diretor-geral da Autoridade Marítima, ao 21983 Capitão-de-mar-e-guerra NUNO ANTÓNIO DE NORONHA BRAGANÇA, o qual se publica:

Após mais de um ano a exercer as funções de Chefe do Gabinete do Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante Geral da Polícia Marítima, cessou funções o 21983 Capitão-de-mar-e-guerra NUNO ANTÓNIO DE NORONHA BRAGANÇA.

Oficial de elevada competência e grande valor agregado exerceu o seu cargo com incedível dedicação e exemplar lealdade, assegurando em permanência o sucesso e eficácia do trabalho do meu gabinete com destaque para a atividade protocolar e administrativa e para o relacionamento interno e externo em que soube articular e coordenar esforços e vontades em prol da Autoridade Marítima em particular e da Marinha em geral.

Não obstante a abrangência das matérias a tratar e por vezes a sensibilidade do cargo designadamente no relacionamento externo, com inúmeras entidades, nem sempre norteadas pelos mesmos objetivos, soube o comandante Noronha Bragança, com elevada capacidade de diálogo, destacado espírito de colaboração, diligência e empenho, atenuar dificuldades, encontrar pontes de diálogo e, sem abdicar do essencial garantir cabalmente a defesa dos interesses da Autoridade Marítima, no respeito pelo princípio da cooperação institucional e assumindo de forma clara a procura das melhores soluções.

Na coordenação interna das atividades transversais aos serviços centrais da Direção-geral da Autoridade Marítima (DGAM), também o comandante Noronha Bragança desenvolveu uma ação destacada, garantindo o alinhamento do propósito e potenciando sinergias que pautaram o sucesso do conjunto através da eficácia do trabalho e da efetiva coordenação das partes. Neste âmbito é de relevar o seu trabalho e empenho nas áreas do pessoal, das tecnologias de informação e comunicação, das relações públicas, das iniciativas legislativas e normativas e ainda nas diretivas de planeamento e diretiva estratégica.

Também junto da estrutura desconcentrada da DGAM, em particular os Departamentos Marítimos e das Capitánias dos Portos a ação do comandante Bragança foi de marcante relevância, tendo-se distinguido como um camarada sempre disponível e um permanente facilitador. Neste sentido, a sua ação desenvolveu-se permanentemente em prol da implementação das diretivas e orientações superiormente emanadas, mas, simultaneamente, no apoio aos Capitães dos Portos num contributo permanente para a resolução dos seus problemas concretos.

Enquanto Chefe do Gabinete, função particularmente próxima do Diretor-geral, o comandante Noronha Bragança foi de forma indelével e sustentadamente um prestimoso conselheiro inteligente na análise, avisado na assessoria e corajoso no contributo. Soube desta forma, garantir um apoio de Gabinete, discreto, mas permanente e extremamente eficaz, que aponto como exemplar.

Oficial de fino trato, elevado sentido de camaradagem e disciplina, atento aos subordinados e leal com os superiores, o comandante Noronha Bragança é sobretudo um militar de excelência, estimado por todos quantos com ele serviram na DGAM e que com ele se relacionaram neste período.

Pelo acima exposto e fazendo uso da competência que me é conferida por Lei, louvo o 21983 Capitão-de-mar-e-guerra NUNO ANTÓNIO DE NORONHA BRAGANÇA pelo seu excecional desempenho e pelas destacadas qualidades pessoais evidenciadas no exercício das funções de Chefe do Gabinete do Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante Geral da Polícia Marítima que me levam a considerar que contribuiu significativamente para a missão e prestígio da Autoridade Marítima Nacional e da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 17 de dezembro de 2018, pelo 389877 Contra-almirante EMQ LUÍS MANUEL RAMOS BORGES, Diretor de Navios, ao 23982 Capitão-de-mar-e-guerra JOSÉ MANUEL ANTUNES PEREIRA, o qual se publica:

Cessa agora funções como Diretor do Depósito de Munições NATO de Lisboa e do Centro de Armamento e Munições o 23982 CMG M JOSÉ MANUEL ANTUNES PEREIRA, após estar ao leme do DMNL/CAM desde setembro de 2015, cargo que desempenhou com exemplar zelo e competência.

O comandante Antunes Pereira demonstrou à frente do DMNL elevadas qualidades militares, profissionais e pessoais, revelando um sentido de responsabilidade ímpar, uma lealdade inquestionável, grande dedicação ao serviço e permanente disponibilidade, para além de tutelar os seus subordinados com elevado espírito de camaradagem. A forma diligente como se assegurou da segurança da sua Unidade - fator preponderante num depósito de material militar - ficou patente no cuidado que sempre teve com a segurança física do perímetro, garantida através de rondas, esforçando-se sempre por garantir os meios humanos e materiais necessários, o cuidado com a vedação do perímetro exterior e com os sistemas de deteção de intrusão e de vigilância existentes e a preocupação com portas dos paióis e respetivos sistemas de fecho e controlo de acesso. Numa atitude prenunciadora, e muito antes de os acontecimentos de Tancos serem notícia, o comandante Antunes Pereira diligenciava, no sentido de melhorar os sistemas existentes, nomeadamente no que se refere à vídeo vigilância, o que só não se concretizou então por insuficiência de financiamento.

O seu esforço realizado na manutenção das infraestruturas do Depósito ficou ainda evidenciado na melhoria das condições de iluminação de alguns paióis, na beneficiação das condições de circulação ao longo do perímetro de segurança exterior, na remodelação da Casa da Guarda para acolher os fuzileiros que asseguram a segurança militar das instalações, no sistema de iluminação perimétrica da área explosiva e no constante cuidado com a segurança contra incêndios através, entre outros, da desmatação e ordenamento florestal da Unidade. O zelo que colocou na dinamização dos processos relativos ao respeito pela área de servidão militar, com o objetivo de garantir a segurança de pessoas e bens, são também disso exemplo. Para além do seu exemplo profissional, realça-se igualmente o seu caráter humano na forma justa e respeitosa com que tutelou a sua guarnição, assim como no cuidado que colocou na obtenção de fardamento adequado.

Patente ficou também o foco que colocou no controlo efetivo do material militar, onde o Sistema Integrado de Gestão de Munições e Explosivos (SIGME), criado «*in-house*», é um exemplo entre outros. Fruto da sua experiência nesta área, são também de relevar os contributos extremamente válidos que apresentou para a elaboração das Normas de

Segurança para o Armazenamento e Transporte de Material Militar (NSATMM), assim como na colaboração para a definição dos requisitos técnicos para a Base de Dados de gestão de armamento portátil da Defesa. Também notável, foi a forma eficiente com que sempre respondeu às inúmeras solicitações dos agentes policiais e judiciais relativas a armas, munições e outro material militar revela o seu cariz zeloso e responsável, assim como na resposta proactiva aos diversos pedidos para a disponibilização de material para apoio a militares destacados e para cerimónias militares. Finalmente é de referir o cuidado que sempre manifestou no apoio às oficinas de mísseis, torpedos e minas do AASA posicionadas no perímetro do Depósito, realçando-se aqui o contributo especial que conferiu à modernização da nova oficina de torpedos.

A qualidade do seu desempenho, materializada nos melhoramentos das infraestruturas e na robustez das normas e procedimentos em uso, foi objetivamente reconhecida nos bons resultados alcançados no decurso das inspeções realizadas pela Inspeção Geral da Defesa Nacional, que lhe valeram a escolha como local de armazenamento do material militar proveniente do Exército. Também aqui é de realçar o apoio conferido no transporte, receção, armazenamento e num controlo efetivo e rigoroso dos quantitativos transferidos desse material, concretizado de forma discreta e num curto espaço de tempo.

Assim, é de inteira justiça e com particular satisfação que, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 23982 CMG M JOSÉ MANUEL ANTUNES PEREIRA pela forma extremamente zelosa com que exerceu as suas funções, pela relevante ação desenvolvida no melhoramento das condições de segurança do DMNL, pelos conhecimentos técnico-profissionais evidenciados e pelo excelente exemplo de profissionalismo que demonstrou à sua guarnição, confirmando a sua excecional valia e contribuindo desta forma para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Direção de Navios e, consequentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 10 de outubro de 2018, pelo 20578 Vice-almirante LUÍS CARLOS DE SOUSA PEREIRA, Diretor-geral da Autoridade Marítima, ao 20685 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO, o qual se publica:

Vai destacar da Direção de Faróis (DF), onde exerceu o cargo de Diretor desde outubro de 2017, para frequentar o Curso de Promoção a Oficial General, o Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO.

Oficial dinâmico, mas ponderado, proactivo, inteligente na ação e extremamente dedicado, desempenhou as exigentes funções que agora termina de forma muito meritória, conseguindo sustentadamente e com propriedade alcançar os objetivos superiormente definidos e cumprir com sucesso as ambiciosas metas a que se propôs nos diversos programas, projetos e iniciativas em curso na DF.

No âmbito da sua ação destaca-se a continuação da implementação do Sistema "Costa Segura" no qual foram instaladas sete novas estações, a modernização do Farol do Arnel, as ações de conservação conduzidas em 8 faróis do Continente e 4 do Arquipélago dos Açores, os programas de manutenção dos sistemas de boias nas áreas de Setúbal, de Portimão, de Olhão e de Faro, bem como na preparação das boias de amarração nas Ilhas Selvagens e em São Tomé e Príncipe para amarração do NRP *Zaire*.

Na área do relacionamento externo salienta-se a ação do comandante Freitas Artilheiro na promoção e assinatura de um conjunto alargado de protocolos onde se destacam os referentes ao Farol de Leça, ao Farol do Cabo de Santa Maria e ao Farol de Alfanzina, bem como na definição da regulamentação do polo museológico do Farol do Cabo de S. Vicente, e na continuação da dinamização do polo museológico de Paço de Arcos, com especial impacto na comunidade local.

Ainda na vertente externa e em particular no relacionamento internacional é de relevar o desempenho das funções de representante nacional no Conselho Diretivo da *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities*, onde, através de uma postura interventiva e esclarecida o comandante Freitas Artilheiro representou de forma merecedora de realce, a DF, a Autoridade Marítima e a Marinha.

Militar de excelente trato, sempre disponível e que lidera pelo exemplo o comandante Artilheiro também no relacionamento institucional e interpessoal soube merecer a confiança, respeito e admiração daqueles que com ele serviram na DF e também daqueles que pertencendo a outros organismos, com ele se relacionaram.

Assim, ao abrigo da competência que me é conferida por Lei louvo o 20685 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO, pelo elevado desempenho e excelentes resultados alcançados nas exigentes funções de Diretor da Direção de Faróis, considerando que os serviços por si prestados contribuíram de forma significativa para o cumprimento da missão da Direção de Faróis, e consequentemente, da Autoridade Marítima Nacional e da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 10 de outubro de 2018, pelo 26484 Capitão-de-mar-e-guerra JOÃO AFONSO MARQUES COELHO GIL, Capitão do Porto de Lisboa, ao 23986 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO JOSÉ ABRANTES HORTA, o qual se publica:

Após três anos no exercício das funções de Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa, o Capitão-de-mar-e-guerra da Classe de Marinha, NII 23986, FERNANDO JOSÉ ABRANTES HORTA, termina a comissão de serviço na Autoridade Marítima.

A Capitania do Porto de Lisboa, no exercício da autoridade do Estado em matéria de fiscalização, segurança da navegação, no exercício de funções de autoridade marítima e de caráter técnico-administrativo, às quais se acrescentam as competências como autoridade de proteção civil, realiza as missões atribuídas numa extensa e complexa área, refletindo o desafio permanente dos militares que cumprem serviço nos órgãos locais da Autoridade Marítima. Neste campo vasto de atividades, o comandante Horta demonstrou possuir um conjunto de qualidades profissionais relevantes, na articulação das atividades da Capitania com as restantes entidades com competências no Domínio Público Marítimo, com destaque para as atividades no âmbito das competências da autoridade local na assistência aos banhistas, obrigando a contactos permanentes com as autarquias locais, associações de concessionários e associações de nadadores-salvadores.

No cumprimento das funções próprias dos diversos cargos desempenhados, como Adjunto do Chefe do Departamento Marítimo e como Adjunto do Capitão do Porto para a Segurança à Navegação e Domínio Público Marítimo, são ainda relevantes as iniciativas do comandante Horta no apoio nas ações de coordenação das capitánias do centro, no apoio ao Capitão do Porto no funcionamento interno da Unidade, na supervisão das atividades da estação Salva-Vidas de Lisboa, assim como nas ações de socorro a náufragos e a embarcações, juntando ainda as tarefas administrativas relativas aos Planos de Salvamento Marítimo, o cumprimento do Plano Mar Limpo, e outras tarefas diversas nas ações de proteção portuária e nas diversas ações coordenadas com o Comando Naval,

Assim, é-me particularmente grato e de elementar justiça que, fazendo uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o Capitão-de-mar-e-guerra da Classe de Marinha, NII 23986, FERNANDO JOSÉ ABRANTES HORTA, pelo excelente desempenho ao longo do período em que prestou serviço nesta capitania, bem como pelo conjunto de qualidades humanas, militares e profissionais que evidenciou, as quais o creditam como um exemplo a seguir e cuja ação contribuiu para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Capitania do Porto de Lisboa e da Autoridade Marítima Nacional, daí advindo prestígio para a Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 11 de setembro de 2018, pelo 26484 Capitão-de-mar-e-guerra JOÃO AFONSO MARQUES COELHO GIL, Capitão do Porto de Lisboa, ao 23386 Capitão-de-mar-e-guerra CARLOS MANUEL BAIÃO MONTEIRO, o qual se publica:

Após três anos no exercício das funções de Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa, o Capitão-de-mar-e-guerra da Classe de Marinha, NII 23386, CARLOS MANUEL BAIÃO MONTEIRO, termina a comissão de serviço na Autoridade Marítima.

A Capitania do Porto de Lisboa realiza as missões atribuídas à Autoridade Marítima numa vasta área, com enfoque especial na atividade portuária e nas atividades conexas com o turismo. De facto, as variadas missões acometidas à Autoridade Marítima Local, no exercício da autoridade do Estado em matéria de fiscalização, segurança da navegação, no exercício de funções de autoridade marítima e de caráter técnico-administrativo, às quais se acrescentam as competências como autoridade de proteção civil, refletem o desafio

permanente dos militares em comissão de serviço na Autoridade Marítima. Neste cenário complexo, o comandante Baião Monteiro contribuiu de modo muito positivo para o cumprimento das normas relativas ao acesso e movimento dos navios no porto, em coordenação próxima com a Autoridade Portuária, assim como no licenciamento dos eventos de natureza recreativa e desportiva e de fruição pública, bem como a multiplicidade de outros eventos que ocorrem na área de jurisdição da Capitania do Porto de Lisboa. O sucesso desta ação, muito exigente ao nível de planeamento e coordenação, tendo sempre presente a salvaguarda de pessoas e bens e o propósito do interesse público, só foi possível com o esforço do comandante Monteiro.

O elevado profissionalismo e vontade de bem servir do comandante Monteiro revelou-se também noutras iniciativas, como nas propostas de parecer sobre dragagens e em matéria de assinalamento marítimo, na publicação de avisos à navegação, no estabelecimento de regulamentação conexa com a atividade balnear e a assistência aos banhistas, com uma atuação pronta, rigorosa e muito competente. Qualidades profissionais que se revelaram quer no exercício das funções de Adjunto para a Segurança à Navegação e Domínio Público Marítimo, quer nas funções de Adjunto para a Conservatória.

Assim, é-me particularmente grato e de elementar justiça que, fazendo uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o Capitão-de-mar-e-guerra da Classe de Marinha, NII 23386, CARLOS MANUEL BAIÃO MONTEIRO pelo excelente desempenho ao longo do período em que prestou serviço nesta capitania, bem como pelo conjunto de qualidades humanas, militares e profissionais que evidenciou, as quais o creditam como um exemplo a seguir e cuja ação contribuiu para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Capitania do Porto de Lisboa e da Autoridade Marítima Nacional, daí advindo prestígio para a Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 2 de outubro de 2018, pelo 25286 Capitão-de-fragata PAULO NUNO FARINHA ALVES, Comandante da Esquadilha de Subsuperfície, ao 117287 Sargento-chefe U LUÍS ALBERTO MORADA GOMES, o qual se publica:

Vai destacar da Esquadilha de Subsuperfície o 117287 Sargento-chefe U LUÍS ALBERTO MORADA GOMES onde presta serviço como sargento mergulhador desde 2001, tendo no atual cargo desempenhado as funções de Adjunto do Chefe do Departamento de Mergulhadores, com elevado profissionalismo e dedicação.

O cargo de Adjunto do Chefe do Departamento de Mergulhadores, internamente designado por Mestre dos Mergulhadores é desempenhado pelo sargento mergulhador mais antigo em funções na ESS, o qual foi desempenhado pelo sargento Gomes sem qualquer relutância e com um elevado espírito de bem servir, apesar de não ser o sargento mais antigo em funções.

Durante este período coadjuvou com elevada competência o CDMERG na gestão de pessoal, material e infraestruturas, promovendo um salutar espírito de cooperação, transparência e equidade entre o pessoal do Departamento Mergulhadores, Escola de Mergulhadores e Unidades operacionais de mergulhadores.

Na área do pessoal destaca-se o seu desempenho na compilação da informação e controlo referente aos exames médicos anuais e provas de aptidão física de todo o pessoal mergulhador da ESS, coadjuvando a chefia dos serviços e unidades operacionais em estreita ligação com o Serviço de Saúde e de Educação Física, bem como a forma eficaz com que coordenou as inúmeras nomeações de pessoal quer para as atividades internas da responsabilidade da ESS, quer da área operacional do Comando Naval.

Como Mestre dos Mergulhadores colaborou ainda de forma exemplar na elaboração do planeamento anual de treinos de mergulho para pessoal a prestar serviço fora da ESS, assim como na coordenação e execução mensal dos mesmos, em apoio ao Chefe do Serviço de Mergulho.

Na área do material e infraestruturas foi o responsável pelo planeamento e coordenação das atividades de inspeção, manutenção e limpeza geral das áreas atribuídas, com especial foco no Bloco B - Hangar de Mergulho, Escola de Mergulhadores, Museu IEE e pátio interior das cobertas, sendo de realçar o extraordinário trabalho, muitas vezes desconhecido pelo comando superior.

Na sua atuação, pautada pela competência e dedicação, revelou um conjunto de qualidades dignas de realce, sendo de destacar os seus sólidos conhecimentos

técnicos-profissionais, consubstanciados no seu permanente empenho, disponibilidade e sentido do dever que sempre colocou ao serviço dos Mergulhadores, conotando-o como um exemplo a seguir pelos seus pares e subordinados.

Assim, no exercício da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 117287 Sargento-chefe U LUÍS ALBERTO MORADA GOMES pelo seu extraordinário desempenho, notável competência e excecional dedicação, o que contribuiu de forma significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão dos Mergulhadores, da Esquadrilha de Subsuperfície, e, conseqüentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 28 de setembro de 2018, pelo 389877 Contra-almirante EMQ LUÍS MANUEL RAMOS BORGES, Diretor de Navios, ao 910389 Sargento-ajudante E JOSÉ LUÍS CHAÍNHO PEREIRA, o qual se publica:

Destacou da Direção de Navios, após realizar uma comissão de 34 meses, o 910389 Sargento-ajudante E JOSÉ LUÍS CHAÍNHO PEREIRA, na qual desempenhou funções de Adjunto do Chefe na Seção de Coordenação de Navios de Patrulha Costeira, da Divisão de Coordenação do Departamento de Coordenação e Controlo.

O Sargento-ajudante Pereira, observando sempre os valores militares e possuidor de um caráter franco e direto, revelou ao longo da comissão um elevado sentido de lealdade, responsabilidade e dedicação, contribuindo para o enriquecimento e bem-estar do grupo de trabalho e para a elevação e fortalecimento dos valores que regem a Divisão de Coordenação. Militar extremamente exigente e empenhado, pautou sempre o seu comportamento com transparência, coerência e educação, tendo granjeado a estima e o respeito de todos os que com ele se relacionaram, quer na DN, quer em organismos externos à Direção com os quais privou, devendo por isso ser considerado uma referência e um exemplo a seguir.

A sua atitude proativa na procura de soluções técnicas eficientes em processos de manutenção e de reparação dos navios da sua coordenação, que denotam um défice de manutenção elevado, contribuiu para a respetiva disponibilidade operacional, garantindo meios navais prontos para cumprimento das missões. Destaca-se o excelente desempenho do Sargento-ajudante Pereira, enquanto coordenador do projeto de reativação e reconfiguração do NRP *Tejo* pelos desafios apresentados nas tarefas de preparação e controlo da sua execução, por se tratar de um projeto inovador para o primeiro navio da sua classe.

Assim, é com grande satisfação que, usando da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 910389 Sargento-ajudante E JOSÉ LUÍS CHAÍNHO PEREIRA, pelo elevado profissionalismo, empenho, competência técnico-profissional, dedicação e espírito de camaradagem evidenciados, que contribuíram de forma determinante para a eficácia, prestígio e cumprimento da missão da Direção de Navios e, conseqüentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 11 de dezembro de 2018, pelo 20980 Comodoro JOSÉ ANTÓNIO CROCA FAVINHA, Comandante da Zona Marítima dos Açores, ao 906388 Sargento-ajudante ETC JOSÉ CARLOS SOUSA CORREIA, o qual se publica:

Vai destacar do Comando da Zona Marítima dos Açores (CZMA), onde presta serviço desde outubro de 2016, o 906388 Sargento-ajudante ETC JOSÉ CARLOS SOUSA CORREIA.

Desempenhando as funções de Adjunto do Chefe de Serviço de Eletrónica, demonstrou ser possuidor de elevados conhecimentos técnicos, elevada capacidade de organização e uma atitude profissional exemplar. Adicionalmente, a sua permanente disponibilidade e dedicação ao serviço, elevado sentido das responsabilidades e enorme espírito de cooperação, permitiram-lhe atingir uma elevada eficiência e eficácia na coordenação e na gestão das ações de manutenção dos sistemas de comunicações e Locais de Transmissão e de Receção do Centro de Comunicações dos Açores (CCA). Garantiu ainda o bom funcionamento das infraestruturas tecnológicas e informação e comunicações do CZMA, do

Depósito POL NATO de Ponta Delgada (DPNPD) das Messes dos Açores, apoiando ainda os órgãos da Autoridade Marítima sediados em S. Miguel.

Nos exigentes trabalhos de transferência do Posto de Comando da ZMA/MRCC Delgada para as novas instalações e subsequente modernização tecnológica teve uma ação decisiva, devendo-se muito à sua competência e profissionalismo o sucesso desse projeto. Empenhou-se na continuação da substituição da rede telefónica analógica por tecnologia de voz sobre IP (VoIP) no CZMA, CCA e DPNPD e na inerente otimização da componente física das antigas infraestruturas técnicas, assim como no planeamento e na reorganização dos computadores existentes no CCA e na preparação e configuração de computadores e servidores, que permitiu a segregação das redes, em conformidade com as políticas de segurança vigentes. Liderou o desenho e planeamento da infraestrutura física para a instalação de Televisão Digital Terrestre nos quartos da Messe de Oficiais do Loreto e a organização e mapeamento da infraestrutura da rede local do CZMA, CCA, DPNPD e das unidades da Autoridade Marítima residentes no edifício do comando. A sua colaboração e apoio às atividades relativas ao Dia de Portugal 2018 e ao DISTEX 2018 foram essenciais para o sucesso alcançado. Acompanhou e apoiou com grande competência a Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações (DITIC) nas diversas tarefas de instalação das componentes de telecomunicações BRASS e GMDSS nos Açores e assegurou as ações de manutenção preventiva e corretiva anuais das Estações Costeiras do Faial e das Flores.

Importa ainda referir a sua participação nas ações de manutenção de 2.º escalão dos radioaltímetros dos helicópteros LINX MK95 da Marinha, facto que muito traduz a elevada dedicação e a extraordinária competência técnica relevadas pelo sargento Correia.

A sua capacidade de bom relacionamento em muito contribuíram para um excelente ambiente de trabalho e mereceram elevada consideração e estima por parte de todos os que com ele conviveram.

Assim, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 906388 Sargento-ajudante ETC JOSÉ CARLOS SOUSA CORREIA, pelo seu competente desempenho e pelas relevantes qualidades profissionais, militares e pessoais evidenciadas, que em muito contribuíram para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Comando da Zona Marítima dos Açores e, consequentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 8 de novembro de 2018, pelo 26085 Capitão-de-mar-e-guerra JOSÉ RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA RODRIGUES PINTO, Chefe da Repartição de Nomeações e Colocações da Direção de Pessoal, ao 9803695 Primeiro-sargento FZ RUI SÉRGIO RAMOS MIGUEL, o qual se publica:

O 9803695 1SAR FZ RUI SÉRGIO RAMOS MIGUEL tem vindo a desempenhar, há mais de 65 meses e relativamente aos militares da classe de Fuzileiros (FZ), as funções de Adjunto do Movimentador na Repartição de Sargentos e Praças da Direção do Serviço de Pessoal e, posteriormente, de Adjunto do Colocador, primeiro na Repartição de Gestão de Pessoal e mais recentemente na Repartição de Nomeações e Colocações, da Direção de Pessoal.

Militar dotado de uma reconhecidamente ampla e sólida experiência profissional, o sargento Miguel demonstrou sempre assinaláveis qualidades militares, pessoais e profissionais, bem patentes no cuidado, responsabilidade, dedicação e empenho que marcaram o exercício das funções que lhe foram atribuídas. Neste âmbito, destaca-se a forma competente, rigorosa e eficaz como constantemente procura obter soluções adequadas, exequíveis e aceitáveis para a gestão dos sargentos e praças da classe FZ.

Sensato, cortês, muito leal e com uma capacidade de relacionamento interpessoal e espírito de iniciativa dignos de realce, o sargento Miguel, fruto de um inegável valor agregado, grande conhecimento da organização e uma permanente disponibilidade para com o serviço, soube sempre responder a todas as solicitações da classe que teve a seu cargo, em particular numa conjuntura de especial dificuldade decorrente da escassez de recursos humanos, bem como acompanhar, de forma atenta, próxima e diligente, os processos de reestruturação do Corpo de Fuzileiros, contribuindo assim para uma gestão de recursos humanos na Marinha, no âmbito da Diretiva Sectorial de Recursos Humanos, mais transparente, mais eficiente e mais inovadora.

Assim, fazendo uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, considero da mais elementar justiça louvar o 9803695 1SAR FZ RUI SÉRGIO RAMOS MIGUEL pelo desempenho, competência, dedicação e

assinaláveis qualidades militares, profissionais e humanas evidenciadas no exercício do seu cargo, o que muito contribuiu para o cumprimento da missão da Repartição de Nomeações e Colocações, da Direção de Pessoal e, conseqüentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 12 de novembro de 2018, pelo 23487 Capitão-de-mar-e-guerra AN LUÍS MIGUEL PEREIRA GONÇALVES, Diretor Financeiro do Instituto Hidrográfico, ao 268086 Cabo-mor TFD DAVID ANTÓNIO GONÇALVES PEREIRA, o qual se publica:

O 268086 CMOR TFD DAVID ANTÓNIO GONÇALVES PEREIRA presta serviço no Instituto Hidrográfico há cerca de dois anos e nove meses, tendo desempenhado as funções de Paioleiro, Adjunto do Chefe da Secção de Alimentação do Serviço de Aprovisionamento e Património e, mais recentemente, as funções de responsável da cafetaria de apoio à Secção de Alimentação do IH.

Militar extremamente disciplinado, de sólida formação moral e militar, de exemplar lealdade, tem evidenciado um elevado espírito de cooperação, profundo sentido das responsabilidades, capacidade de organização e uma extrema dedicação no cumprimento de todas as funções que lhe têm sido cometidas.

As suas qualidades profissionais, aliadas a uma larga experiência e sustentado conhecimento técnico, permitiram-lhe atingir altos padrões de qualidade e brio nas áreas da sua atividade, com especial ênfase quanto à organização, controlo e gestão dos paióis de géneros do Instituto Hidrográfico e do elevado padrão do serviço da cafetaria, demonstrado no serviço diário de apoio à Secção de Alimentação e no apoio a diversos atos de representação e eventos do IH, com participação de entidades externas, nacionais e estrangeiras. A este propósito é de extrema relevância mencionar que a sua atuação e qualidade de desempenho foram de grande importância para a excelente qualidade demonstrada pela Secção de Alimentação nos inúmeros atos de representação da Direção-geral do Instituto Hidrográfico.

O CMOR TFD Gonçalves Pereira demonstrou também elevados padrões de conduta e irrepreensível apuro, qualidades que mescladas com uma extrema lealdade e honestidade, o referenciaram como um colaborador merecedor da estima e consideração dos seus pares e superiores hierárquicos.

Assim, é com imensa satisfação e de inteira justiça que, ao abrigo da competência conferida pelo artigo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 268086 CMOR TFD DAVID ANTÓNIO GONÇALVES PEREIRA pelo notável desempenho e extremo profissionalismo no desempenho das suas funções, considerando que tem contribuído de forma muito significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do IH e, conseqüentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 2 de julho de 2018, pelo 21178 Contra-almirante ANTÓNIO MANUEL DE CARVALHO COELHO CÂNDIDO, Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, ao 155186 Cabo-mor L AMÉRICO RUI MOREIRA MARTINS PEREIRA, o qual se publica:

O 155186 CMOR L AMÉRICO RUI MOREIRA MARTINS PEREIRA presta serviço há cerca de cinco anos e meio no Instituto Hidrográfico, exercendo as funções de responsável pela prestação de contas de rancho e dos bares do Instituto, no Serviço de Aprovisionamento e Património.

Militar com uma postura exemplar, muito disciplinado, leal e sensato, dotado de uma sólida formação militar, sempre evidenciou um elevado espírito de cooperação, persistência no cumprimento das suas funções, assinalável competência técnica e extrema dedicação ao serviço, qualidades que aliadas a um elevado profissionalismo, o tornaram credor da total confiança dos seus superiores.

O seu constante interesse pelo serviço e por bem servir, o seu espírito empreendedor e voluntarioso, constituem um conjunto de virtudes militares que testemunham o elevado grau do seu sentido das responsabilidades, fator determinante na contínua melhoria que apresentou ao longo de todo o período em que tem desempenhado funções,

possibilitando-lhe responder com ampla facilidade aos diversos desafios que lhe foram apresentados.

Em todas as tarefas a que foi chamado a colaborar o CMOR L Pereira executou-as de forma eficaz e empenhada, contribuindo de forma pró-ativa e decisiva para a correta elaboração e regularização das contas de rancho e dos bares do Instituto, demonstrando uma capacidade de organização exemplar e uma adaptação acima da média.

Como resultado das qualidades já evidenciadas, agregadas a uma conduta irrepreensível, o CMOR L Pereira revelou-se um precioso colaborador do Chefe do Serviço de Aprovisionamento e Património.

Este militar evidenciou ainda ser possuidor de elevadíssimas qualidades sociais e de honestidade pessoal e profissional, aliadas a um espírito de sã camaradagem, pautando-se como exemplo para todos os que com ele conviveram e trabalharam.

Face ao que antecede, é com muita satisfação e de inteira justiça que, ao abrigo da competência conferida pelo artigo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 155186 CMOR L AMÉRICO RUI MOREIRA MARTINS PEREIRA pelas qualidades profissionais e humanas evidenciadas e pelo excelente desempenho demonstrado durante a sua comissão, considerando que contribuiu de forma muito significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do IH e, conseqüentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 23 de agosto de 2018, pelo 21586 Capitão-de-mar-e-guerra DAVID AUGUSTO DE ALMEIDA PEREIRA, Chefe da Repartição de Situações e Efetivos da Direção de Pessoal, ao 237585 Cabo-mor M CARLOS MANUEL SALVADOR FERREIRA, o qual se publica:

Por ter sido escolhido para desempenhar funções de elevada responsabilidade no âmbito do Gabinete do Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, destacou da Direção de Pessoal o 237585 Cabo-mor M CARLOS MANUEL SALVADOR FERREIRA, onde desempenhou o cargo de Técnico Administrativo na Repartição de Situações e Efetivos desde 16 de dezembro de 2014.

Ao longo dos últimos 44 meses, o CMOR Ferreira, demonstrou ser possuidor de notáveis qualidades militares e profissionais, sendo de realçar o elevado sentido de responsabilidade e o seu espírito de iniciativa e eficácia, que se traduziram num excelente desempenho alcançado nas suas funções na Secção de Reservas e Reformados no âmbito do registo, processamento e organização de toda a documentação que dava entrada na Secção.

Militar organizado e disciplinado, teve ainda a seu cargo, a gestão do correio eletrónico da secretaria da Secção, onde foi o encarregado da troca de correspondência, não só com outras unidades de Marinha, como também com todos os militares na reserva e na reforma, ou ex-militares, que de uma forma ou de outra necessitaram do apoio da Direção de Pessoal, desempenhando todas estas tarefas com grande objetividade e competência, contribuindo de forma muito significativa para o despacho com celeridade e eficácia do elevado volume de trabalho, tornando-se um exímio colaborador dos seus superiores hierárquicos.

De realçar ainda, a sua lealdade, honestidade de procedimentos e vontade de bem servir, destacando-se a forma franca, correta e educada no relacionamento com os outros, o que aliado ao seu espírito de camaradagem, lhe permitiu granjear o respeito e a consideração dos seus pares e superiores hierárquicos, bem como de militares na situação de reserva, reforma e ex-militares com quem contactou regularmente no exercício das suas funções.

Assim, é com particular agrado e elementar sentido de justiça que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 237585 Cabo-mor M CARLOS MANUEL SALVADOR FERREIRA pelo seu notável desempenho, consubstanciado nas excelentes qualidades que demonstrou possuir e que colocou ao serviço da Repartição de Situações e Efetivos, dando público reconhecimento da sua elevada competência profissional e extraordinário empenho, considerando que contribuiu de forma significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Direção de Pessoal e conseqüentemente da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 9 de novembro de

2018, pelo 20381 Contra-almirante CARLOS MANUEL DA COSTA VENTURA SOARES, Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, ao 151385 Cabo-mor M LUÍS ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS, o qual se publica:

O 151385 Cabo-mor M LUÍS ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS presta serviço no Instituto Hidrográfico, desde 10 de agosto de 2012, desempenhando funções na Divisão de Oceanografia até à criação do Centro de Instrumentação Marítima, em 6 de maio de 2014, quando passou a exercer o cargo de Adjunto do Técnico de Boias e Amarrações na vertente de Oceanografia, na Subsecção de Manutenção e Desenvolvimento.

No desempenho das suas funções, é de inteira justiça salientar o eficaz trabalho realizado pelo CMOR Nunes dos Santos na preparação e execução das missões a bordo dos navios hidrográficos dedicadas à manutenção, recolha e fundeamento das boias multiparamétricas e ondógrafo, bem como a sua permanente disponibilidade e pronta resposta face a solicitações operacionais inopinadas. O CMOR Nunes dos Santos participou igualmente em projetos multidisciplinares de apoio à comunidade científica em que, através do seu profissionalismo, contribuiu para a projeção e o reconhecimento externos do Instituto Hidrográfico.

Realça-se também o seu envolvimento e contributo na edificação do Centro de Instrumentação Marítima, e, em particular, no processo de consolidação e melhoria da capacidade de aprontamento de amarrações e fundeamento de boias.

Militar responsável e voluntarioso, possuidor de elevado espírito de cooperação, determinação e sentido de responsabilidades, desempenhou as suas funções ao longo da comissão com grande competência técnico-profissional, determinação e zelo, o que em muito contribuiu para o respeito e consideração junto de todos que com ele diariamente trabalham na Base Hidrográfica da Azinheira VALM Sarmento Gouveia.

Assim, é com grande satisfação que, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento de Disciplina Militar, louvo o 151385 Cabo-mor M LUÍS ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS pelo excelente trabalho que desenvolveu na Base Hidrográfica da Azinheira e a bordo dos navios hidrográficos, fruto das suas elevadas qualidades militares e humanas, dedicação, zelo e competência profissional e que em muito contribuíram para o cumprimento da missão do Instituto Hidrográfico e, consequentemente, da Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 10 de outubro de 2018, pelo 20685 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO, Diretor de Faróis, ao 36001185 Faroleiro Técnico 1.ª Classe JOSÉ MANUEL DOS SANTOS LOIO, o qual se publica:

O 36001185 Faroleiro Técnico 1.ª Classe JOSÉ MANUEL DOS SANTOS LOIO presta serviço na Direção de Faróis, há cerca de 34 anos, tendo ingressado no QPMM em 1985 e transitado para o Quadro de Faroleiros Técnicos a 25 de janeiro de 1993. Inicialmente, assumiu funções como técnico da Oficina de Automatismo e, em 2008, como técnico responsável pela Oficina de Comunicações e Informática e mais tarde foi nomeado Administrador do Domínio da Unidade.

No exercício destas funções, com elevadas responsabilidades internas e externas, envolvendo uma panóplia de conhecimentos e perícias na área da informática e de gestão de redes, contribuiu de forma robusta para a renovação dos meios informáticos e para a implantação da rede estruturada e adesão ao domínio da rede interna da Autoridade Marítima Nacional, tendo participado, de forma ativa, na remodelação do sistema de vigilância da Unidade, bem como dos sistemas audiovisuais de apoio às atividades da Unidade, tendo também uma participação assídua na gestão administrativa da Secretaria Central e do Serviço de Abastecimentos na manutenção e gestão da base de dados existente nesta Direção.

Com disponibilidade permanente, o Faroleiro Técnico Loio tem sabido ultrapassar com sucesso as diversas e por vezes complexas situações, na área da gestão e manutenção de redes e comunicações, graças ao seu elevado espírito de missão e grande sentido das responsabilidades.

Dotado de uma atitude positiva, associada à sua capacidade de adaptação, lealdade, sociabilidade, entusiasmo, iniciativa e dedicação com que vem desempenhando as suas funções, muito tem contribuído para que seja estimado e respeitado por todos os que com

ele se relacionam, facilitando a coesão de grupo, fomentando a criação de um bom ambiente de trabalho e de uma boa convivência com todos os elementos da guarnição, revelando-se assim também um excelente colaborador do Comando.

Nestas circunstâncias, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1, do artigo 18.º do Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, devidamente conjugado com o artigo 3.º da Lei n.º 44/98, de 6 de agosto, é com muito agrado que louvo o 36001185 Faroleiro Técnico 1.ª Classe JOSÉ MANUEL DOS SANTOS LOIO pelo valor do trabalho produzido, pelas qualidades profissionais e de carácter que vem demonstrando, considerando que a sua ação muito tem contribuído para o cumprimento da missão da Direção de Faróis e, conseqüentemente, da Autoridade Marítima Nacional, daí advindo prestígio para a Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 10 de outubro de 2018, pelo 20685 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO, Diretor de Faróis, ao 36001096 Faroleiro Subchefe ANTÓNIO BELMIRO FERREIRA DE VASCONCELOS, o qual se publica:

O 36001096 Faroleiro Subchefe ANTÓNIO BELMIRO FERREIRA DE VASCONCELOS presta serviço na Direção de Faróis, desde 07 de junho de 2010, exercendo funções de Chefe da Central de Assinalamento e Posicionamento Marítimo (CAPM).

Ao longo deste período, considero realçar o profissionalismo demonstrado pelo subchefe Vasconcelos que, associados a um sentido de responsabilidade e uma permanente disponibilidade, permitiram encontrar as melhores soluções para os diversos desafios colocados à Direção de Faróis, na vertente da manutenção e conservação das infraestruturas dos faróis da barra de Lisboa. O seu desempenho como responsável pela CAPM, assegurando de forma competente a monitorização das ajudas à navegação equipadas com sistemas de alarmes e de AIS existentes no espaço marítimo sob jurisdição nacional. A monitorização eficiente da rede de DGPS, foi um contributo extraordinário para a segurança da navegação.

A manutenção programada dos faróis da barra de Lisboa com as diversas deslocações ao Farol do Bugio, tanto no âmbito da manutenção, como no acompanhamento de visitantes, foram dos vários contributos importantes na imagem positiva da Direção de Faróis - AMN, para o exterior.

Destaco, ainda, as suas qualidades pessoais, a sua conduta exemplar, das quais se destacam a sua lealdade, empenhamento, e a facilidade de relacionamento, zeloso, dedicado ao serviço, com espírito de colaboração e polivalência, contribuindo para melhorar e evidenciar a Central de Posicionamento e Assinalamento Marítimo.

Assim, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1, do artigo 18.º do Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, devidamente conjugado com o artigo 3.º da Lei n.º 44/98, de 6 de agosto, é com muito agrado que louvo o 36001096 e Faroleiro Subchefe ANTÓNIO BELMIRO FERREIRA DE VASCONCELOS pelo seu elevado desempenho que contribuiu significativamente para a eficiência e cumprimento da missão da Direção de Faróis e, conseqüentemente, da Autoridade Marítima Nacional, daí advindo prestígio para a Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 10 de outubro de 2018, pelo 20685 Capitão-de-mar-e-guerra FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO, Diretor de Faróis, ao 36000103 Faroleiro de 2.ª Classe RUI MANUEL PACHECO FERNANDES, o qual se publica:

O 36000103 Faroleiro de 2.ª Classe RUI MANUEL PACHECO FERNANDES presta serviço na Direção de Faróis, desde junho de 2008, durante o longo período de permanência nesta Direção exerceu funções na Central de Assinalamento e Posicionamento Marítimo e, nos últimos três anos, exerce funções como adjunto para as relações públicas e ajudas à navegação na Divisão de Estudos e Projetos.

No desempenho das suas funções, o faroleiro Fernandes vem evidenciando ser possuidor de ímpares qualidades sociais, morais e de carácter, tem ainda revelado possuir competências que o apontam como um profissional acima da média, com especial relevo

para os seus vastos conhecimentos técnico-profissionais, a sua permanente disponibilidade para o serviço, o empenhamento e determinação com que aborda as tarefas a realizar, o elevado espírito de iniciativa bem como a conduta extremamente profissional.

O faroleiro Fernandes, tem-se revelado um excelente colaborador, quer na complexa e sensível área das relações públicas, quer no apoio ao desenvolvimento dos vários projetos de assinalamento marítimo realizados por esta Direção. Relewa, no âmbito das relações públicas, o seu dinamismo, pro-atividade e espírito crítico que tem permitido, de forma natural, mas extremamente profissional responder às múltiplas ações e solicitações de divulgação da história, património e atividade dos faróis e faroleiros. Tem igualmente desenvolvido várias tarefas de relevância, nomeadamente a fundamental colaboração na organização do 1.º Seminário Lusófono do Assinalamento Marítimo e na 62.ª reunião do Conselho Diretivo da *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities* (IALA) que a DF organizou. Salienta-se ainda a colaboração na elaboração de vários artigos de divulgação, como sejam panfletos, pagelas, roll-ups, e o pop-up com o título Portuguesa *Lighthouses - Five Centuries of History* apresentado na 19.ª Conferência da IALA, realizada na República da Coreia do Sul, e ainda na edição do livro "O Farol das Cegonhas" da autoria de Jacqueline Atkinson.

Com rigor e em resultado da sua atitude diligente e empenhada, bem como as suas qualidades humanas alicerçadas num elevado espírito de sã camaradagem, o faroleiro Fernandes, tem contribuído consideravelmente para fortalecer o bom ambiente humano existente nesta Unidade, granjeando o respeito e constituindo-se como um bom exemplo para todos os que com ele privam.

Assim, ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1, do artigo 18.º do Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, devidamente conjugado com o artigo 3.º da Lei n.º 44/98, de 6 de agosto, louvo o 36000103 Faroleiro de 2.ª Classe RUI MANUEL PACHECO FERNANDES, pelo elevado desempenho sustentado no conjunto das suas qualidades técnico-profissionais, considerando que os serviços por si prestados têm contribuído de forma significativa para eficiência e cumprimento da missão da Direção de Faróis e, consequentemente, da Autoridade Marítima Nacional, daí advindo prestígio para a Marinha.

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março de 2019, foi considerado como dado por si próprio o louvor concedido, em 9 de outubro de 2018, pelo 22486 Capitão-de-mar-e-guerra EN-MEC HÉLDER JOAQUIM DO CARMO LIMPINHO, Diretor de Transportes, ao 34000103 Maquinista de 3.ª Classe SÉRGIO PAULO LOPES SOARES, o qual se publica:

Após cerca de seis anos de permanência na Direção de Transportes (DT), vai destacar para uma comissão de serviço na Autoridade Marítima Nacional, o 34000103 Maquinista de Terceira Classe SÉRGIO PAULO LOPES SOARES.

Ao longo do período que serviu na Unidade, o Maquinista de Terceira Classe Lopes Soares desempenhou funções na Secção de Máquinas da Divisão de Transportes Marítimos, tendo executado, de forma muito meritória, variadas tarefas de natureza técnica inerentes à área da manutenção preventiva e corretiva a bordo das Unidades Auxiliares da Marinha desta Direção, bem como o apoio na área oficial e das infraestruturas alocadas à DT.

Oriundo da classe de praça TFD, o Maquinista Lopes Soares colocou sempre, ao longo deste período, todo o seu conhecimento nesta área, no apoio à preparação do Dia da Unidade e da Festa de Natal, recebendo rasgados elogios pelos trabalhos ornamentais apresentados.

Dotado de um apreciável conjunto de qualidades técnico-profissionais, o Maquinista Lopes Soares pautou o seu desempenho por uma grande dedicação, dinamismo e competência, com permanente rigor e extrema responsabilidade, que se traduziram no excelente trabalho que produziu.

Militarizado aprumado, brioso e respeitador, demonstrou sempre grande disponibilidade, desempenhando todas as tarefas que lhe foram atribuídas com grande profissionalismo, o que aliado à sua postura leal, franca e cooperante, lhe permitiu granjear a estima e consideração de todos os que com ele conviveram na DT.

Face ao anteriormente exposto, usando da competência que me confere o artigo 18.º do Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes demonstradas pelo 34000103 Maquinista de Terceira Classe SÉRGIO PAULO LOPES SOARES que no âmbito técnico-profissional, revelou elevada competência, modelar disponibilidade, extraordinário desempenho e relevantes qualidades

Terceira Classe:

Primeiro-tenente da classe de Marinha, 23302, Dora Cristina dos Santos Amaral Teles Godinho. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-tenente STAEL - ramo Armas e Eletrónica, 430194, João Miguel Gameiro Correia Ratinho. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-tenente da classe de Marinha, 24803, Rogério Gonçalo e Castello-Branco dos Santos. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Segundo-tenente Engenheiro Naval, 23907, Nuno Miguel Xavier Marques. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-tenente da classe de Marinha, 23604, Marina Rita Cardoso Miranda. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 31 de janeiro de 2018.

Segundo-tenente Engenheiro Naval - Ramo Mecânica, 25007, Pedro Idris Sabali. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 31 de janeiro de 2018.

Quarta Classe:

Sargento-ajudante Eletricista, 6310792, Armando Caixeiro Rafael. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento Maquinista Naval, 535193, Luís Filipe Cardoso Monteiro Gonçalves. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento Maquinista Naval, 9313507, Cátia Fernandes Câmara. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento Eletrotécnico - ramo Artilharia, 9320799, Luís David Patrício Gaspar. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento de Comunicações, 9301295, Luís Miguel Barata Gonçalves. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento de Maquinista Naval, 9336206, Nuno José Teodoro Rodrigues. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Taifa, 9315700, Paulo Roberto Sardo Pepe. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Taifa, 9311501, Edgar Filipe Marreiro Duarte. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Condutor Máquinas, 417793, Fernando Manuel Nisa Silvestre. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Condutor Máquinas, 207092, Carlos Manuel Ramos de Jesus. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Artilheiro, 164294, Nuno Ricardo Machado dos Santos Painço. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Cabo Taifa - Subclasse Cozinheiro, 9324101, Hugo Filipe Santos Morão. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-marinheiro Taifa - Subclasse Despenseiro, 9335307, Fábio José Cordas Grou. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 25 de janeiro de 2018.

Primeiro-sargento Maquinista Naval, 9335306, José Carlos Fernandes da Silva. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 31 de janeiro de 2018.

Cabo Manobra, 905690, Rui Pedro Arrojado de Oliveira. Estado-Maior-General das Forças Armadas de 31 de janeiro de 2018.

15 de fevereiro de 2019. - O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Silva Ribeiro*, Almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Estado-Maior-General das Forças Armadas).

Medalha Militar da Cruz Naval – 1.ª Classe

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 11 de março de 2019:

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada faz saber que, nos termos da alínea c) do número 1 artigo 26.º, da alínea a) do número 1 do artigo 27.º e do número 3 do artigo 34.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concede a Medalha Militar da Cruz Naval de 1.ª Classe, aos seguintes militares:

21983	Capitão-de-mar-e-guerra	NUNO ANTÓNIO DE NORONHA BRAGANÇA
23982	Capitão-de-mar-e-guerra	JOSÉ MANUEL ANTUNES PEREIRA
20685	Capitão-de-mar-e-guerra	FERNANDO MANUEL FREITAS ARTILHEIRO
23986	Capitão-de-mar-e-guerra	FERNANDO JOSÉ ABRANTES HORTA
23386	Capitão-de-mar-e-guerra	CARLOS MANUEL BAIÃO MONTEIRO

Medalha Militar da Cruz Naval – 4.ª Classe

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março 2019:

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada faz saber que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 34.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concede a Medalha Militar da Cruz Naval de 4.ª Classe, aos seguintes militares:

117287	Sargento-chefe	U	LUÍS ALBERTO MORADA GOMES
910389	Sargento-chefe	E	JOSÉ LUÍS CHAÍNHO PEREIRA
906388	Sargento-ajudante	ETC	JOSÉ CARLOS SOUSA CORREIA
9803695	Sargento-ajudante	FZ	RUI SÉRGIO RAMOS MIGUEL

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março 2019:

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada faz saber que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 34.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concede a Medalha Militar da Cruz Naval de 4.ª Classe, aos seguintes militares:

268086	Cabo-mor	TFD	DAVID ANTÓNIO GONÇALVES PEREIRA
155186	Cabo-mor	L	AMÉRICO RUI MOREIRA MARTINS PEREIRA
237585	Cabo-mor	M	CARLOS MANUEL SALVADOR FERREIRA
151385	Cabo-mor	M	LUÍS ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS

Medalha Militar da Cruz Naval – 4.ª Classe

----- Por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 12 de março 2019:

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada faz saber que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 34.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concede a Medalha Militar da Cruz Naval de 4.ª Classe, aos seguintes militarizados:

36001185	Faroleiro Técnico 1.ª Classe	JOSÉ MANUEL DOS SANTOS LOIO
36000103	Faroleiro Subchefe	ANTÓNIO BELMIRO FERREIRA DE VASCONCELOS
36000103	Faroleiro de 2.ª Classe	RUI MANUEL PACHECO FERNANDES
34000103	Maquinista de 3.ª Classe	SÉRGIO PAULO LOPES SOARES

Exonerações e Nomeações

----- Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 19 de março de 2019:

NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DO DIRETOR DE FORMAÇÃO DA ESCOLA DA AUTORIDADE MARÍTIMA.

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Estatuto da Escola da Autoridade Marítima, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/99, de 29 de março, manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional:

1. Nomear o 21892 Capitão-tenente da classe de Marinha Nuno Miguel Mota Moreira para o cargo de Diretor de Formação da Escola da Autoridade Marítima, em substituição do 23891 Capitão-de-fragata da classe de Marinha João Marco Figueiredo Antunes Severino Lourenço;
2. A presente nomeação produz efeitos a 13 de março de 2019.

Promoções e Graduações de Oficiais

----- Despacho n.º 2915/2019:

INGRESSAM NA CATEGORIA DE OFICIAIS DA CLASSE DE MÉDICOS NAVAIS E PROMOVE AO POSTO DE SEGUNDO TENENTE, OS VÁRIOS SEGUNDOS-TENENTES ALUNOS.

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo disposto no n.º 1 do artigo 208.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pela Portaria n.º 21/2014, de 31 de janeiro, abater ao efetivo do Corpo de Alunos da Escola Naval, e ingressar nos quadros permanentes, a contar de 1 de outubro de 2017, de acordo com o n.º 1 do artigo 169.º conjugado com o n.º 1 do artigo 196.º, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), os Segundos-tenentes alunos do Curso "CALM Almeida Henriques":

20211 Helena Sofia Fonseca Paiva de Sousa Teles
20111 Cristiano da Silva Gante

Promover ao posto de Segundo-tenente, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respetivamente nos artigos 58.º e 207.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de outubro de 2018, data a partir da qual lhes conta a respetiva antiguidade, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 176.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 72.º, ambos daquele Estatuto.

Estes oficiais, uma vez ingressados e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 27009 Segundo-tenente da classe de Médicos Navais Fernando Miguel Mendes Gonçalves Vinhais Guedes.

20-02-2019. - O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, *António Maria Mendes Calado*, Almirante.

(Publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro).

Estado-Maior da Armada, em 20 de março de 2019

O SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Aníbal Soares Ribeiro
Contra-almirante

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO A - Legislação Diversa (Sumário).....	Página 22
ANEXO B - Despacho n.º 2759/2019, de 15 de março: Depósito de Munições NATO de Lisboa - DMNL - Construções em zona de servidão militar - Embargo e demolição de obra - Auto de notícia de 27 de dezembro de 2018 – Telheiro.....	Página 23
ANEXO C - Despacho n.º 2760/2019, de 15 de março: Depósito de Munições NATO de Lisboa - DMNL - Construções em zona de servidão militar - Embargo e demolição de obra - auto de notícia de 11 de janeiro de 2019.....	Página 24
ANEXO D - Despacho n.º 2761/2019, de 15 de março: Depósito de Munições NATO de Lisboa - DMNL - Construções em zona de servidão militar - Embargo e demolição de obra - Auto de notícia n.º 1.....	Página 25
ANEXO E - Despacho n.º 2762/2019, de 15 de março: Depósito de Munições NATO de Lisboa - DMNL - Construções em zona de servidão militar - Embargo e demolição de obra - Auto de notícia de 27 de dezembro de 2018 - Poço para captação de água.....	Página 26
ANEXO F - Despacho n.º 2636/2019, de 14 de março: Subdelegação de competências do Comandante do Corpo de Fuzileiros no Comandante da Escola de Fuzileiros.	Página 27
ANEXO G - Despacho n.º 2637/2019, de 14 de março: Subdelegação de competências do Comandante do Corpo de Fuzileiros no Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro do Corpo de Fuzileiros.....	Página 28
ANEXO H - Despacho n.º 2638/2019, de 14 de março: Subdelegação de competências do Superintendente das Tecnologias da Informação no Diretor de Análise e Gestão da Informação.....	Página 29
ANEXO I - Despacho n.º 2639/2019, de 14 de março: Subdelegação de competências do Superintendente das Tecnologias da Informação no Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações.....	Página 30
ANEXO J - Despacho n.º 2640/2019, de 14 de março: Subdelegação de competências do Superintendente das Tecnologias da Informação no Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações.....	Página 31
ANEXO K - Despacho n.º 2765/2019, de 15 de março: Subdelegação de competências do Comandante Naval no Comandante da Zona Marítima do Norte.....	Página 32
ANEXO L - Despacho n.º 2766/2019, de 15 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Subdiretor de Transportes, no exercício de funções de Diretor, em regime de suplência.....	Página 34
ANEXO M - Despacho n.º 2767/2019, de 15 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Diretor de Abastecimento.....	Página 35
ANEXO N - Despacho n.º 2769/2019, de 15 de março: Subdelegação de competências do	

Superintendente das Tecnologias da Informação no Chefe do Gabinete do Superintendente das Tecnologias da Informação. **Página 37**

ANEXO O - Despacho n.º 2770/2019, de 15 de março: Subdelegação de competências do Superintendente das Tecnologias da Informação no Diretor do Centro de Documentação Informação e Arquivo Central da Marinha.....**Página 38**

ANEXO P - Despacho n.º 2826/2019, de 18 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Diretor de Abastecimento.....**Página 39**

ANEXO Q - Despacho n.º 2827/2019, de 18 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Diretor de Navios.....**Página 41**

ANEXO R - Despacho n.º 2916/2019, de 19 de março: Subdelegação de competências do Comandante Naval no Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície.....**Página 43**

ANEXO S - Despacho n.º 2917/2019, de 19 de março: Subdelegação de competências do Comandante Naval no Comandante da Zona Marítima da Madeira.....**Página 44**

ANEXO T - Despacho n.º 2918/2019, de 19 de março: Subdelegação de competências do Comandante Naval no Comandante da Base Naval de Lisboa.....**Página 46**

ANEXO U - Despacho n.º 2919/2019, de 19 de março: Subdelegação de competências do Comandante Naval no Diretor do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha VALM Moreira Rato.....**Página 47**

ANEXO V - Despacho n.º 2986/2019, de 20 de março: Subdelegação de competências do Comandante da Base Naval de Lisboa na Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro da Base Naval de Lisboa.....**Página 48**

ANEXO W - Despacho 2987/2019, de 20 de março: Subdelegação de competências do Diretor de Navios no Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção de Navios.....**Página 49**

ANEXO X - Despacho n.º 2988/2019, de 20 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Diretor de Abastecimento.....**Página 50**

ANEXO Y - Despacho n.º 2989/2019, de 20 de março: Subdelegação de competências do Superintendente do Material no Diretor de Abastecimento.....**Página 52**

ANEXO Z - Despacho n.º 2990/2019, de 20 de março: Subdelegação de competências do Diretor de Abastecimento no Chefe da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento.....**Página 54**

ANEXO AA - Despacho do Vice-almirante Superintendente do pessoal, n.º 20/2019, de 18 de março: recurso a estabelecimentos estranhos ao Sistema de Saúde Militar para consultas, exames complementares de diagnóstico e tratamentos, incluindo internamento.....**Página 55**

ANEXO BB - Despacho do Vice-almirante Superintendente do Pessoal, n.º 21/2019, de 18 de março:
Doenças virais sexualmente transmissíveis – Procedimentos de despistagem e conduta.
.....**Página 56**

Legislação

----- Jornal Oficial da União Europeia, L 72/141, PT, de 14 de março de 2019:

Retificação do Regulamento (UE) 2018/2025 do Conselho

de 17 de dezembro de 2018

Que fixa, para 2019 e 2020, as possibilidades de pesca para os navios de pesca da União relativas a determinadas unidades populacionais de peixes de profundidade.

----- Jornal Oficial da União Europeia, L 77/1, PT, de 20 de março de 2019:

REGULAMENTO (UE) 2019/440 DO CONSELHO

de 29 de novembro de 2018

Relativo à repartição das possibilidades de pesca a título do Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável entre a União Europeia e o Reino de Marrocos e do seu protocolo de execução.

----- Jornal Oficial da União Europeia, L 77/4, PT, de 20 de março de 2019:

DECISÃO (UE) 2019/441 DO CONSELHO

de 4 de março de 2019

Relativa à celebração do Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável entre a União Europeia e o Reino de Marrocos, do seu protocolo de execução e da troca de cartas que acompanha o Acordo.

Atos de Hierarquia Superior ao Chefe do Estado-Maior da Armada**PAA 38 (A) - X****----- Despacho n.º 2759/2019:**

DEPÓSITO DE MUNIÇÕES NATO DE LISBOA - DMNL - CONSTRUÇÕES EM ZONA DE SERVIDÃO MILITAR - EMBARGO E DEMOLIÇÃO DE OBRA - AUTO DE NOTÍCIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 – TELHEIRO.

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «auto de notícia» com a data de 11 de janeiro de 2019, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia da construção de uma habitação, junto da posição com as coordenadas 38º34'2.78"N./9º6'38.30"W. (coordenadas *Google Earth*), freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fim, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às Forças Armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou o incumprimento por parte do dono da obra/proprietário, a qual foi efetuada sem a respetiva licença da autoridade militar competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, a mesma deverá ser objeto de embargo e, sendo o caso, de demolição e aplicação das multas pelas infrações verificadas;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, é da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ordenar a cessação de atividades, embargar ou demolir construções, em zona de servidão militar;

Nestes termos, e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, determino:

1 - O embargo, pela Marinha, da obra referente à construção de uma habitação em zona de servidão militar do DMNL, situada na freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, na posição georreferenciada 38º34'2.78"N./9º6'38.30"W., sem a respetiva licença da autoridade militar competente.

2 - Que se informe o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, incorrerá em crime de desobediência pela violação da ordem de embargo.

3 - Que se notifique o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, poderá sujeitar-se à posse administrativa, por parte do MDN, através da Marinha, para a execução de demolição e à fixação do competente regime sancionatório, sendo o dono da obra/proprietário responsável pelo pagamento dos encargos devidos.

21 de fevereiro de 2019. - O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro).

----- Despacho n.º 2760/2019:

DEPÓSITO DE MUNIÇÕES NATO DE LISBOA - DMNL - CONSTRUÇÕES EM ZONA DE SERVIDÃO MILITAR - EMBARGO E DEMOLIÇÃO DE OBRA - AUTO DE NOTÍCIA DE 11 DE JANEIRO DE 2019.

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «auto de notícia» com a data de 11 de janeiro de 2019, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia da construção de uma habitação, junto da posição com as coordenadas 38º34'2.78"N./9º6'38.30"W. (coordenadas *Google Earth*), freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fim, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às Forças Armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou o incumprimento por parte do dono da obra/proprietário, a qual foi efetuada sem a respetiva licença da autoridade militar competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, a mesma deverá ser objeto de embargo e, sendo o caso, de demolição e aplicação das multas pelas infrações verificadas;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, é da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ordenar a cessação de atividades, embargar ou demolir construções, em zona de servidão militar;

Nestes termos, e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, determino:

1 - O embargo, pela Marinha, da obra referente à construção de uma habitação em zona de servidão militar do DMNL, situada na freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, na posição georreferenciada 38º34'2.78"N./9º6'38.30"W., sem a respetiva licença da autoridade militar competente.

2 - Que se informe o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, incorrerá em crime de desobediência pela violação da ordem de embargo.

3 - Que se notifique o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, poderá sujeitar-se à posse administrativa, por parte do MDN, através da Marinha, para a execução de demolição e à fixação do competente regime sancionatório, sendo o dono da obra/proprietário responsável pelo pagamento dos encargos devidos.

21 de fevereiro de 2019. - O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro).

----- Despacho n.º 2761/2019:

DEPÓSITO DE MUNIÇÕES NATO DE LISBOA - DMNL - CONSTRUÇÕES EM ZONA DE SERVIDÃO MILITAR - EMBARGO E DEMOLIÇÃO DE OBRA - AUTO DE NOTÍCIA N.º 1.

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «auto de notícia n.º 1» com a data de 11 de janeiro de 2019, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia da construção de uma garagem, junto da posição com as coordenadas 38º34'10.78"N./9º7'4.91"W. (coordenadas *Google Earth*), freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fim, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às Forças Armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou o incumprimento por parte do dono da obra/proprietário, a qual foi efetuada sem a respetiva licença da autoridade militar competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, a mesma deverá ser objeto de embargo e, sendo o caso, de demolição e aplicação das multas pelas infrações verificadas;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, é da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ordenar a cessação de atividades, embargar ou demolir construções, em zona de servidão militar;

Nestes termos, e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, determino:

1 - O embargo, pela Marinha, da obra referente à construção de uma garagem em zona de servidão militar do DMNL, situada na freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, na posição georreferenciada 38º34'10.78"N./9º7'4.91"W., sem a respetiva licença da autoridade militar competente.

2 - Que se informe o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, incorrerá em crime de desobediência pela violação da ordem de embargo.

3 - Que se notifique o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, poderá sujeitar-se à posse administrativa, por parte do MDN, através da Marinha, para a execução de demolição e à fixação do competente regime sancionatório, sendo o dono da obra/proprietário responsável pelo pagamento dos encargos devidos.

25 de fevereiro de 2019. - O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro).

----- Despacho n.º 2762/2019:

DEPÓSITO DE MUNIÇÕES NATO DE LISBOA - DMNL - CONSTRUÇÕES EM ZONA DE SERVIDÃO MILITAR - EMBARGO E DEMOLIÇÃO DE OBRA - AUTO DE NOTÍCIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 - POÇO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA.

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «auto de notícia» com a data de 27 de dezembro de 2018, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia da construção de um poço para captação de água, junto da posição com as coordenadas 38º34'4.15"N./9º6'25.17"W. (coordenadas *Google Earth*), freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fim, entre outros, garantir a segurança das instalações militares, a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com essas instalações, bem como permitir às Forças Armadas a execução das missões que lhes competem, no exercício da sua atividade normal ou dentro dos planos de operações militares;

Considerando que se verificou o incumprimento por parte do dono da obra/proprietário, a qual foi efetuada sem a respetiva licença da autoridade militar competente, nos termos do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, a mesma deverá ser objeto de embargo e, sendo o caso, de demolição e aplicação das multas pelas infrações verificadas;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, é da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ordenar a cessação de atividades, embargar ou demolir construções, em zona de servidão militar;

Nestes termos, e de acordo com o disposto na Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955, e do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964, determino:

1 - O embargo, pela Marinha, da obra referente à construção de um poço para captação de água em zona de servidão militar do DMNL, situada na freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, na posição georreferenciada 38º34'4.15"N./9º6'25.17"W., sem a respetiva licença da autoridade militar competente.

2 - Que se informe o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, incorrerá em crime de desobediência pela violação da ordem de embargo.

3 - Que se notifique o dono da obra/proprietário que, em caso de incumprimento, poderá sujeitar-se à posse administrativa, por parte do MDN, através da Marinha, para a execução de demolição e à fixação do competente regime sancionatório, sendo o dono da obra/proprietário responsável pelo pagamento dos encargos devidos.

25 de fevereiro de 2019. - O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro).

Outros Atos Internos

PAA 41 (A) – SUP CCF - V

----- Despacho n.º 2636/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE DO CORPO DE FUZILEIROS NO COMANDANTE DA ESCOLA DE FUZILEIROS.

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 1778/2019, de 16 de janeiro de 2019, do Vice-almirante Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019, subdelego no Comandante da Escola de Fuzileiros, Capitão-de-mar-e-guerra FZ Rogério Paulo Figueira Martins de Brito, a competência para, relativamente aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha (MPCM), que prestem serviço na Escola de Fuzileiros e elementos orgânicos na sua dependência, competência para:

- a) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- b) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d) Conceder licença por adoção;
- e) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação de adoção;
- f) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g) Autorizar assistência a neto;
- h) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j) Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018 ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Capitão-de-mar-e-guerra FZ Rogério Paulo Figueira Martins de Brito, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

3 - É revogado o Despacho n.º 1010/2019 do Comandante do Corpo de Fuzileiros, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro de 2019.

21 de fevereiro de 2019. - O Comandante do Corpo de Fuzileiros, *Jorge Manuel Nobre de Sousa*, Comodoro.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2637/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE DO CORPO DE FUZILEIROS NO CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO CORPO DE FUZILEIROS.

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 2 do Despacho n.º 1778/2019, de 16 de janeiro de 2019, do Vice-almirante Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019, subdelego no Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro do Corpo de Fuzileiros, Capitão-de-fragata AN Augusto Santos Silva, a competência para, no âmbito do Corpo de Fuzileiros, autorizar despesas com:

- a) Locação e aquisição de bens móveis e serviços até ao limite de 25.000,00€;
- b) Empreitadas de obras públicas até ao limite de 10.000,00€.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018 ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Capitão-de-fragata AN Augusto Santos Silva, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

3 - É revogado o Despacho n.º 1011/2019 do Comandante do Corpo de Fuzileiros, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro de 2019.

21 de fevereiro de 2019. - O Comandante do Corpo de Fuzileiros, *Jorge Manuel Nobre de Sousa*, Comodoro.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2638/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO DIRETOR DE ANÁLISE E GESTÃO DA INFORMAÇÃO.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 374/2019 de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego sem faculdade de subdelegação, no Diretor de Análise e Gestão da Informação, Capitão-de-mar-e-guerra Manuel da Costa Honorato, a competência que me é subdelegada para:

a) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas até ao limite de 100 000 € com locação e aquisição de bens e serviços;

b) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa do Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço na Direção de Análise e Gestão da Informação:

- 1) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- 6) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- 7) Autorizar assistência a neto;
- 8) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 9) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 10) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

c) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo.

2 - O presente despacho produz efeitos no período a partir de 15 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pelo Diretor de Análise e Gestão da Informação, Capitão-de-mar-e-guerra Manuel da Costa Honorato, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de janeiro de 2019. - O Superintendente das Tecnologias da Informação, Comodoro *Bento Manuel Domingues*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2639/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO DIRETOR DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 374/2019 de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego com faculdade de subdelegação, no Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações, Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Cancela Roque, a competência que me é subdelegada para:

a) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas até ao limite de 100 000 € com locação e aquisição de bens e serviços;

b) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao limite de 10 000 €;

c) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa do Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço na Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações:

- 1) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- 6) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- 7) Autorizar assistência a neto;
- 8) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 9) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 10) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

d) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações, Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Cancela Roque, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de janeiro de 2019. - O Superintendente das Tecnologias da Informação, Comodoro *Bento Manuel Domingues*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2640/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO DIRETOR DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 374/2019 de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego sem faculdade de subdelegação, no Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações, Capitão-de-mar-e-guerra Luís Eduardo Moita Rodrigues, a competência que me é subdelegada para:

a) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas até ao limite de 100 000 € com locação e aquisição de bens e serviços;

b) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao limite de 10 000 €;

c) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa do Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço na Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações:

- 1) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- 6) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- 7) Autorizar assistência a neto;
- 8) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 9) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 10) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

c) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018 até 29 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações, Capitão-de-mar-e-guerra Luís Eduardo Moita Rodrigues, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de janeiro de 2019. - O Superintendente das Tecnologias da Informação, Comodoro *Bento Manuel Domingues*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2765/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE NAVAL NO COMANDANTE DA ZONA MARÍTIMA DO NORTE.

1 - Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins, a competência que me é delegada para autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 150.000,00€.

2 - Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins, a competência que me é delegada para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao limite de 50.000,00€.

3 - Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins, a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha (MPCM), que prestem serviço no Comando da Zona Marítima do Norte:

- a) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- b) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d) Conceder licença por adoção;
- e) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- f) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g) Autorizar assistência a neto;
- h) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j) Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

4 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins, a competência que me é delegada para, autorizar pedidos de transporte nos termos do n.º 3, 9 e 11 do Despacho n.º 53/87, de 3 de setembro, do Chefe do Estado-Maior da Armada, efetuados pelos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, por militarizados e funcionários do MPCM, que prestem serviço no Comando da Zona Marítima do Norte.

5 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima do Norte, Capitão-de-mar-e-guerra José Zacarias da Cruz Martins, a competência que me é delegada para, atribuição de habitações aos militares, militarizados e civis da Marinha que prestem serviço Comando da Zona Marítima do Norte.

6 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Zona Marítima do Norte, que se incluam no âmbito desta subdelegação competências.

7 - É revogado o Despacho n.º 1775/2019, de 11 de janeiro de 2019, do Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019.

OA1 N.º 14/20-03-19

22 de fevereiro de 2019. - O Comandante Naval, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2766/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO SUBDIRETOR DE TRANSPORTES, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DIRETOR, EM REGIME DE SUPLENÇÃO.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 373/2019, de 20 de dezembro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no subdiretor de transportes, no exercício de funções de Diretor, em regime de suplência, Capitão-de-fragata Álvaro José Carvalho Relvas, a competência que me é delegada para, no âmbito das suas funções, autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até € 20 000.

2 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 373/2019, de 20 de dezembro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para:

a) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, com exceção dos oficiais gerais, aos militarizados e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço no Gabinete do Superintendente do Material:

- i) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- ii) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- iii) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- iv) Conceder licença por adoção;
- v) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- vi) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- vii) Autorizar assistência a neto;
- viii) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- ix) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- x) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

b) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo;

c) Autorizar a transferência, o abate e a alienação do património afeto, incluindo a venda de material considerado inútil ou desnecessário, nos termos do regime jurídico dos bens móveis do domínio privado do Estado e demais normativo em vigor.

3 - O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo subdiretor de transportes, no exercício de funções de Diretor, em regime de suplência, Capitão-de-fragata Álvaro José Carvalho Relvas, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências e que tenham sido praticados desde o dia 7 de janeiro de 2019.

4 - É revogado o Despacho n.º 1952/2019, de 11 de janeiro, do Superintendente do Material, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro.

27 de fevereiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2767/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO DIRETOR DE ABASTECIMENTO.

Considerando a necessidade de aquisição de cereais, derivados e tubérculos, destinados ao adequado funcionamento dos ranchos e messes da Marinha e consequente distribuição de refeições confeccionadas aos militares da Marinha, no cumprimento das missões atribuídas.

Considerando que compete à Direção de Abastecimento «assegurar o aprovisionamento, armazenamento e distribuição de todo o material necessário ao funcionamento da Marinha», conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho;

Considerando terem sido observadas as disposições legais estabelecidas para a realização de despesas públicas, nomeadamente o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Neste contexto:

1 - Atento o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo a aquisição de cereais, derivados e tubérculos pela Direção de Abastecimento (NPD 3019004466), pelo preço máximo de 353.110,60 € (trezentos e cinquenta e três mil, cento e dez euros e sessenta cêntimos), IVA não incluído, bem como a adoção do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP.

2 - Nos termos da conjugação do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com o disposto no Despacho de delegação de competências n.º 373/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República* n.º 6, 2.ª série, de 9 de janeiro de 2019, e com o artigo 36.º do CCP, delego, no Diretor de Abastecimento, Comodoro de Administração Naval António Carlos Dias Gonçalves, com a faculdade de subdelegação, a competência para:

a) Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, a aprovação das peças do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tendente à formação do contrato para a aquisição de cereais, derivados e tubérculos pelo preço máximo de 353.110,60 € (IVA não incluído);

b) Nos termos do artigo 50.º do CCP, proceder aos esclarecimentos e retificação das peças do procedimento decorrente da aprovação das listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados;

c) Nos termos do artigo 64 do CCP, proceder à prorrogação do prazo para apresentação de propostas;

d) Nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri do procedimento referido;

e) Nos termos dos artigos 76.º, 77.º, 98.º e 100.º do CCP, tomar a decisão de adjudicação, aprovar a minuta do contrato e respetiva notificação no contexto do procedimento referido;

f) Nos termos dos artigos 77.º e 85.º do CCP, proceder à notificação da apresentação dos documentos de habilitação exigíveis no procedimento citado;

g) Nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP, proceder à notificação para prestação da caução;

h) Nos termos dos artigos 86.º a 87.º-A, 91.º e 105.º do CCP, decidir sobre eventuais causas de caducidade da adjudicação;

i) Nos termos dos artigos 79.º e 80.º, decidir sobre eventuais causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar;

j) Nos termos do artigo 106.º do CCP, proceder à outorga, em representação do Estado Português do contrato em apreço;

k) Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designar um gestor do contrato;

l) Nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP, exercer os seguintes poderes de conformação contratual:

- i)* Aplicar as sanções previstas no contrato;
- ii)* Determinar modificações unilaterais ao contrato;
- iii)* Resolver o contrato, sendo caso disso;

m) Atenta a conjugação do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, proceder, após a devida liquidação e quitação e, cumulativamente, a concessão de declaração de conformidade ou visto pelo Tribunal de Contas, à autorização, efetivação e realização dos pagamentos nos termos definidos no contrato de aquisição em causa, tudo conforme expresso nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho.

27 de fevereiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2769/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO CHEFE DO GABINETE DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 374/2019 de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego sem faculdade de subdelegação, no Chefe do Gabinete do Superintendente das Tecnologias da Informação, Capitão-de-mar-e-guerra José Agostinho dos Santos da Silva Matos, a competência que me é subdelegada para:

a) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas até ao limite de 20 000 € com locação e aquisição de bens e serviços;

b) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa do Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço no Gabinete do Superintendente das Tecnologias da Informação:

- 1) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- 6) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- 7) Autorizar assistência a neto;
- 8) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 9) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 10) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe do Gabinete do Superintendente das Tecnologias da Informação, Capitão-de-mar-e-guerra José Agostinho dos Santos da Silva Matos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de janeiro de 2019. - O Superintendente das Tecnologias da Informação, Comodoro *Bento Manuel Domingues*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2770/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO DIRETOR DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E ARQUIVO CENTRAL DA MARINHA.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 374/2019 de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego sem faculdade de subdelegação, no Diretor do Centro de Documentação Informação e Arquivo Central da Marinha, Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Manuel Antunes Marques da Silva, a competência que me é subdelegada para:

a) No âmbito das suas atribuições, autorizar despesas até ao limite de 20 000 € com locação e aquisição de bens e serviços;

b) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa do Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço no Centro de Documentação Informação e Arquivo Central da Marinha:

- 1) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- 6) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- 7) Autorizar assistência a neto;
- 8) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 9) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 10) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

c) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor do Centro de Documentação Informação e Arquivo Central da Marinha, Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Manuel Antunes Marques da Silva, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de janeiro de 2019. - O Superintendente das Tecnologias da Informação, Comodoro *Bento Manuel Domingues*.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2826/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO DIRETOR DE ABASTECIMENTO.

Considerando a necessidade de aquisição de Combustíveis Rodoviários Postos e a Granel, destinados a satisfazer as necessidades de funcionamento da Marinha, no cumprimento das missões atribuídas.

Considerando que compete à Direção de Abastecimento "assegurar o aprovisionamento, armazenamento e distribuição de todo o material necessário ao funcionamento da Marinha", conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho.

Considerando terem sido observadas as disposições legais estabelecidas para a realização de despesas públicas, nomeadamente o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Neste contexto:

1 - Atento o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo a contratação de Combustíveis Rodoviários Postos e a Granel pela Direção de Abastecimento (NPD 3019000022), pelo preço máximo de 741.186,00 € (setecentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e seis euros), IVA não incluído, bem como a adoção do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP.

2 - Nos termos da conjugação do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com o disposto no Despacho de delegação de competências n.º 373/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República* n.º 6, 2.ª série, de 9 de janeiro de 2019, e com o artigo 36.º do CCP, delego, no Diretor de Abastecimento, Comodoro de Administração Naval António Carlos Dias Gonçalves, com a faculdade de subdelegação, a competência para:

a) Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, a aprovação das peças do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tendente à formação do contrato para a aquisição de Combustíveis Rodoviários Postos e a Granel, pelo preço máximo de 741.186,00 € (IVA não incluído);

b) Nos termos do artigo 50.º do CCP, proceder aos esclarecimentos e retificação das peças do procedimento decorrente da aprovação das listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados;

c) Nos termos do artigo 64 do CCP, proceder à prorrogação do prazo para apresentação de propostas;

d) Nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri do procedimento referido;

e) Nos termos dos art.ºs 76.º, 77.º, 98.º e 100.º do CCP, tomar a decisão de adjudicação, aprovar a minuta do contrato e respetiva notificação no contexto do procedimento referido;

f) Nos termos dos art.ºs 77.º e 85.º do CCP, proceder à notificação da apresentação dos documentos de habilitação exigíveis no procedimento citado;

g) Nos termos dos art.ºs 88.º e 89.º do CCP, proceder à notificação para prestação da caução;

h) Nos termos dos art.ºs 86.º a 87.º-A, 91.º e 105.º do CCP, decidir sobre eventuais causas de caducidade da adjudicação;

i) Nos termos dos art.ºs 79.º e 80.º, decidir sobre eventuais causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar;

j) Nos termos do artigo 106.º do CCP, proceder à outorga, em representação do Estado Português do contrato em apreço;

k) Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designar um gestor do contrato;

l) Nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP, exercer os seguintes poderes de conformação contratual:

- i) Aplicar as sanções previstas no contrato;
- ii) Determinar modificações unilaterais ao contrato;
- iii) Resolver o contrato, sendo caso disso.

m) Atenta a conjugação do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, proceder, após a devida liquidação e quitação e, cumulativamente, a concessão de declaração de conformidade ou visto pelo Tribunal de Contas, à autorização, efetivação e realização dos pagamentos nos termos definidos no contrato de aquisição em causa, tudo conforme expresso nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho.

27 de fevereiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2827/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO DIRETOR DE NAVIOS.

1 - Ao abrigo do disposto no artigo 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deogo no Diretor de Navios, Contra-almirante EMT Fernando Jorge Pires, a competência que me é conferida pelo n.º 3, do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, no âmbito do exercício de autoridade técnica sobre todos os Organismos da Marinha, para a prática de atos referentes a assuntos de natureza técnica e logística que se situem na sua área de responsabilidade.

2 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 373/2019, de 20 de dezembro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no mesmo oficial, com a faculdade de subdelegar, a competência que me é delegada para, no âmbito das suas funções, autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e com locação e aquisição de bens e serviços até 200.000,00 EUR, incluindo as relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, sendo que para estas, este limite se estende até ao montante de 500.000,00 EUR.

3 - Considerando o disposto no n.º 2 do Despacho n.º 373/2019, de 20 de dezembro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, as autorizações de despesa relativas a construções e grandes reparações superiores a € 299 278,74 ficam, porém, sujeitas à prévia concordância do Ministro da Defesa Nacional.

4 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 373/2019, de 20 de dezembro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, subdelego ainda no mesmo oficial a competência que me é delegada para:

a) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, com exceção dos oficiais gerais, aos militarizados e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha, que prestem serviço na Direção de Navios e órgãos na sua dependência:

- i) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- ii) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- iii) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- iv) Conceder licença por adoção;
- v) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- vi) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- vii) Autorizar assistência a neto;
- viii) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- ix) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- x) Autorizar assistência a membro de agregado familiar.

b) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo;

c) Autorizar a transferência, o abate e a alienação do património afeto, incluindo a venda de material considerado inútil ou desnecessário, nos termos do regime jurídico dos bens móveis do domínio privado do Estado e demais normativo em vigor;

d) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 81.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto;

e) Autorizar a cobrança e arrecadação de receitas.

5 - O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor de Navios,

OA1 N.º 14/20-03-19

Contra-almirante EMT Fernando Jorge Pires, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências e que tenham sido praticados desde o dia 31 de janeiro de 2019.

6 - É revogado o Despacho n.º 1951/2019, de 11 de janeiro, do Superintendente do Material, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro.

27 de fevereiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2916/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE NAVAL NO COMANDANTE DA ESQUADRILHA DE NAVIOS DE SUPERFÍCIE.

1 - Ao abrigo do disposto na alínea *b)* do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Silva Pereira, com a faculdade de subdelegar relativamente ao pessoal dos comandos das Unidades Navais, a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo que prestem serviço na Esquadilha de Navios de Superfície e Unidades Navais subordinadas:

- a)* Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- b)* Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c)* Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d)* Conceder licença por adoção;
- e)* Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- f)* Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g)* Autorizar assistência a neto;
- h)* Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i)* Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j)* Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de novembro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, que se incluam no âmbito desta subdelegação competências.

3 - É revogado o Despacho n.º 1781/2019, de 16 de janeiro, do Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019.

22 de fevereiro de 2019. - O Comandante Naval, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2917/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE NAVAL NO COMANDANTE DA ZONA MARÍTIMA DA MADEIRA.

1 - Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima da Madeira, Capitão-de-mar-e-guerra José Luís Guerreiro Cardoso a competência que me é delegada para autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 150.000,00€.

2 - Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima da Madeira, Capitão-de-mar-e-guerra José Luís Guerreiro Cardoso a competência que me é delegada para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao limite de 50.000,00€.

3 - Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima da Madeira, Capitão-de-mar-e-guerra José Luís Guerreiro Cardoso, a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha (MPCM), que prestem serviço no Comando da Zona Marítima da Madeira:

- a) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- b) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d) Conceder licença por adoção;
- e) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- f) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g) Autorizar assistência a neto;
- h) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j) Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

4 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima da Madeira, Capitão-de-mar-e-guerra José Luís Guerreiro Cardoso, a competência que me é delegada para, autorizar pedidos de transporte nos termos do n.º 3, 9 e 11 do Despacho n.º 53/87, de 3 de setembro, do Chefe do Estado-Maior da Armada, efetuados pelos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, por militarizados e funcionários do MPCM, que prestem serviço no Comando da Zona Marítima da Madeira.

5 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Zona Marítima da Madeira, Capitão-de-mar-e-guerra José Luís Guerreiro Cardoso, a competência que me é delegada para, atribuição de habitações aos militares, militarizados e civis da Marinha que prestem serviço Comando da Zona Marítima da Madeira.

6 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de janeiro de 2019, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Zona Marítima da Madeira, que se incluam no âmbito desta subdelegação competências.

7 - É revogado o Despacho n.º 1783/2019, de 16 de janeiro de 2019, do Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019.

OA1 N.º 14/20-03-19

22 de fevereiro de 2019. - O Comandante Naval, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2918/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE NAVAL NO COMANDANTE DA BASE NAVAL DE LISBOA.

1 - Ao abrigo do disposto da alínea *a)* do n.º 1 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Base Naval de Lisboa, Capitão-de-mar-e-guerra Armando Pereira da Costa Valente Tinoco a competência que me é delegada para autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 250.000,00€.

2 - Ao abrigo do disposto na alínea *a)* do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Base Naval de Lisboa, Capitão-de-mar-e-guerra Armando Pereira da Costa Valente Tinoco a competência que me é delegada para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao limite de 50.000,00€.

3 - Ao abrigo do disposto na alínea *b)* do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Comandante da Base Naval de Lisboa, Capitão-de-mar-e-guerra Armando Pereira da Costa Valente Tinoco, a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, aos militarizados e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha (MPCM), que prestem serviço na Base Naval de Lisboa:

- a)* Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- b)* Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c)* Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d)* Conceder licença por adoção;
- e)* Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- f)* Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g)* Autorizar assistência a neto;
- h)* Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i)* Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j)* Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

4 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de novembro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Base Naval de Lisboa, que se incluam no âmbito desta subdelegação competências.

5 - É revogado o Despacho n.º 1774/2019, de 11 de janeiro, do Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019.

22 de fevereiro de 2019. - O Comandante Naval, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2919/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE NAVAL NO DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÕES, DE DADOS E DE CIFRA DA MARINHA VALM MOREIRA RATO.

1 - Ao abrigo do disposto na alínea *b)* do n.º 2 do Despacho n.º 377/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, subdelego no Diretor do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha VALM Moreira Rato, Capitão-de-fragata Fernando Manuel Oliveira Té Cavaleiro Ângelo, a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo e aos funcionários do Mapa de Pessoal Civil da Marinha (MPCM), que prestem serviço no Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha:

- a) Conceder licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- b) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- c) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- d) Conceder licença por adoção;
- e) Autorizar dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- f) Autorizar assistência inadiável e imprescindível a filho;
- g) Autorizar assistência a neto;
- h) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- i) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- j) Autorizar assistência a membro do agregado familiar.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 07 de novembro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor do Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha VALM Moreira Rato, que se incluam no âmbito desta subdelegação competências.

3 - É revogado o Despacho n.º 1776/2019, de 16 de janeiro, do Comandante Naval, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2019.

22 de fevereiro de 2019. - O Comandante Naval, *Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2986/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE DA BASE NAVAL DE LISBOA NA CHEFE DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA BASE NAVAL DE LISBOA.

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 2 do Despacho de delegação de competências do Vice-almirante Comandante Naval n.º 1774/2019, de 20 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro, subdelego na Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro da Base Naval de Lisboa, Capitão-tenente AN Ana Maria Vardasca Barbosa Queirós, a competência para, no âmbito do Base Naval de Lisboa, autorizar despesas com:

- a) Locação e aquisição de bens móveis e serviços até ao limite de 25.000,00€;
- b) Empreitadas de obras públicas até ao limite de 10.000,00€.

2 - O presente despacho produz efeitos entre 15 de outubro e 15 de novembro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2019. - O Comandante da Base Naval de Lisboa, *Luís Pedro Pinto Proença Mendes*, Capitão-de-mar-e-guerra.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2987/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR DE NAVIOS NO CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA DIREÇÃO DE NAVIOS.

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o n.º 2 do despacho de subdelegação de competências n.º 1951/2019, de 11 de janeiro, do Vice-almirante Superintendente do Material, António Manuel de Carvalho Coelho Cândido, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2019, subdelego no Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção de Navios, o 25888 Capitão-de-fragata de Administração Naval, Mário Alexandre Calheiros Aguiar, a competência para autorizar despesas:

a) Com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 25.000,00 €;

b) Relativos a planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até ao limite de 25.000,00 €.

2 - Subdelego, ainda, nos termos do artigo n.º 2 do despacho referido no número anterior conjugado com os artigos 42.º e 43.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo, no 25888 CFR AN Mário Alexandre Calheiros Aguiar, na qualidade de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção de Navios, competência para acompanhar, fiscalizar e visar, no âmbito da gestão patrimonial e cantina da Direção de Navios, todos os atos e procedimentos que haja que realizar.

3 - Esta subdelegação de competências produz efeitos a contar de 15 de outubro de 2018, ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe da Divisão Administrativa Financeira da Direção de Navios, desde aquela data, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 - É revogado o Despacho n.º 8948/2018 de 10 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 24 de setembro de 2018.

30 de janeiro de 2019. - O Diretor de Navios, *Luís Manuel Ramos Borges*, Contra-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2988/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO DIRETOR DE ABASTECIMENTO.

Considerando a necessidade de aquisição de Fatos de Embarque, Boinas, Casacos de Aquecimento e Meias de Enchimento destinados aos militares da Marinha, no cumprimento das missões atribuídas.

Considerando que compete à Direção de Abastecimento assegurar o aprovisionamento, armazenamento e distribuição de todo o tipo de fardamento necessário para o fornecimento aos militares da Marinha, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho.

Considerando terem sido observadas as disposições legais estabelecidas para a realização de despesas públicas, nomeadamente o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Neste contexto:

1 - Atento o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo a contratação de Fatos de Embarque, Boinas, Casacos de Aquecimento e Meias de Enchimento pela Direção de Abastecimento (NPD 3019000020), pelo preço máximo de 394.233,58 € (trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e três euros e cinquenta e oito cêntimos), IVA não incluído, bem como a adoção do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP.

2 - Nos termos da conjugação do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com o disposto no Despacho de delegação de competências n.º 373/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no Diário da República n.º 6, 2.ª série, de 9 de janeiro de 2019, e com o artigo 36.º do CCP, delego, no Diretor de Abastecimento, Comodoro de Administração Naval António Carlos Dias Gonçalves, com a faculdade de subdelegação, a competência para:

a) Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, a aprovação das peças do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tendente à formação do contrato para a aquisição de Fatos de Embarque, Boinas, Casacos de Aquecimento e Meias de Enchimento, pelo preço máximo de 394.233,58 € (IVA não incluído);

b) Nos termos do artigo 50.º do CCP, proceder aos esclarecimentos e retificação das peças do procedimento decorrente da aprovação das listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados;

c) Nos termos do artigo 64 do CCP, proceder à prorrogação do prazo para apresentação de propostas;

d) Nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri do procedimento referido;

e) Nos termos dos arts.º 76.º, 77.º, 98.º e 100.º do CCP, tomar a decisão de adjudicação, aprovar a minuta do contrato e respetiva notificação no contexto do procedimento referido;

f) Nos termos do artigo 85.º do CCP, proceder à notificação da apresentação dos documentos de habilitação exigíveis no procedimento citado;

g) Nos termos dos arts.º 88.º e 89.º do CCP, proceder à notificação para prestação da caução;

h) Nos termos dos arts.º 86.º a 87.º-A, 91.º e 105.º do CCP, decidir sobre eventuais causas de caducidade da adjudicação;

i) Nos termos dos arts.º 79.º e 80.º, decidir sobre eventuais causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar;

j) Nos termos do artigo 106.º do CCP, proceder à outorga, em representação do Estado Português do contrato em apreço;

k) Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designar um gestor do contrato;
l) Nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP, exercer os seguintes poderes de conformação contratual:

- i) Aplicar as sanções previstas no contrato;
- ii) Determinar modificações unilaterais ao contrato;
- iii) Resolver o contrato, sendo caso disso.

m) Atenta a conjugação do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, proceder, após a devida liquidação e quitação e, cumulativamente, a concessão de declaração de conformidade ou visto pelo Tribunal de Contas, à autorização, efetivação e realização dos pagamentos nos termos definidos no contrato de aquisição em causa, tudo conforme expresso nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho.

31 de janeiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2989/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SUPERINTENDENTE DO MATERIAL NO DIRETOR DE ABASTECIMENTO.

Considerando a necessidade de aquisição de Serviço de Transitário - 2019, para apoio ao cumprimento das missões atribuídas à Marinha.

Considerando que compete à Direção de Abastecimento "assegurar o aprovisionamento, armazenamento e distribuição de todo o material necessário ao funcionamento da Marinha", conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho.

Considerando terem sido observadas as disposições legais estabelecidas para a realização de despesas públicas, nomeadamente o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Neste contexto:

1 - Atento o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo a contratação de Serviço de Transitário - 2019, pela Direção de Abastecimento (NPD 3019003709), pelo preço máximo de 340.000,00 € (trezentos e quarenta mil euros), IVA não incluído, bem como a adoção do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP.

2 - Nos termos da conjugação do n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com o disposto no Despacho de delegação de competências n.º 373/2019, de 20 de dezembro de 2018, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no Diário da República n.º 6, 2.ª série, de 9 de janeiro de 2019, e com o artigo 36.º do CCP, delego, no Diretor de Abastecimento, Comodoro de Administração Naval António Carlos Dias Gonçalves, com a faculdade de subdelegação, a competência para:

a) Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, a aprovação das peças do procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tendente à formação do contrato para a aquisição de Serviço de Transitário - 2019, pelo preço máximo de 340.000,00 € (IVA não incluído);

b) Nos termos do artigo 50.º do CCP, proceder aos esclarecimentos e retificação das peças do procedimento decorrente da aprovação das listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados;

c) Nos termos do artigo 64.º do CCP, proceder à prorrogação do prazo para apresentação de propostas;

d) Nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri do procedimento referido;

e) Nos termos dos arts.º 76.º, 77.º, 98.º e 100.º do CCP, tomar a decisão de adjudicação, aprovar a minuta do contrato e respetiva notificação no contexto do procedimento referido;

f) Nos termos dos arts.º 77.º e 85.º do CCP, proceder à notificação da apresentação dos documentos de habilitação exigíveis no procedimento citado;

g) Nos termos dos arts.º 88.º e 89.º do CCP, proceder à notificação para prestação da caução;

h) Nos termos dos arts.º 86.º a 87.º-A, 91.º e 105.º do CCP, decidir sobre eventuais causas de caducidade da adjudicação;

i) Nos termos dos arts.º 79.º e 80.º, decidir sobre eventuais causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar;

j) Nos termos do artigo 106.º do CCP, proceder à outorga, em representação do Estado Português do contrato em apreço;

k) Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designar um gestor do contrato;

l) Nos termos do artigo 109.º do CCP conjugado com os artigos 295.º, 302.º, 325.º, 329.º e 333.º do mesmo CCP, exercer os seguintes poderes de conformação contratual:

- i)* Aplicar as sanções previstas no contrato;
- ii)* Determinar modificações unilaterais ao contrato;
- iii)* Resolver o contrato, sendo caso disso.

m) Atenta a conjugação do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a alínea *c)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, proceder, após a devida liquidação e quitação, à autorização, efetivação e realização dos pagamentos nos termos definidos no contrato de aquisição em causa, tudo conforme expresso nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho.

8 de fevereiro de 2019. - O Superintendente do Material, *António Manuel de Carvalho Coelho Cândido*, Vice-almirante.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho n.º 2990/2019:

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR DE ABASTECIMENTO NO CHEFE DA DIVISÃO DE OBTENÇÃO DA DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO.

1 - Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 1949/2019, de 11 de janeiro de 2019 do Vice-almirante Superintendente do Material, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2019, conjugado com o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego no Chefe da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento, 22490 Capitão-de-fragata de Administração Naval Carlos Pedro Teodoro Semide, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 10.000,00 €.

2 - Subdelego, adicionalmente, no 22490 Capitão-de-fragata de Administração Naval Carlos Pedro Teodoro Semide, a competência para, no âmbito dos procedimentos contratuais que forem por mim autorizados ou delegados, proceder à aprovação das peças do procedimento nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, bem como, prestar esclarecimentos e retificações às peças do procedimento, aprovar a lista de erros e omissões do caderno de encargos prevista no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, conceder autorização para a prorrogação de prazos de apresentação de propostas, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, proceder às notificações de adjudicação, a todos os concorrentes, conforme o disposto no artigo n.º 77.º do Código dos Contratos Públicos, assinar todos os pedidos de compra, e certificar com a sua assinatura digital qualificada todos os documentos obrigatórios para tramitação na plataforma eletrónica de compras públicas, sob as regras constantes do Código dos Contratos Públicos e do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, relativos aos processos de aquisição conduzidos pela Direção de Abastecimento.

3 - Delego ainda, nos termos do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, no 22490 CFR AN Carlos Pedro Teodoro Semide, na qualidade de Chefe da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento, competência para acompanhar, fiscalizar e visar, no âmbito da gestão da Divisão de Obtenção da Direção de Abastecimento, todos os atos e procedimentos que haja a realizar na fase de formação dos contratos mencionados em 1. e 2., bem como, assinar o expediente correspondente e a correspondência para o exterior no âmbito das competências da Divisão de Obtenção, à exceção de tudo o que for da minha expressa competência legal ou delegada.

4 - O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe da Divisão de Obtenção, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

5 - É revogado o Despacho n.º 4421/2018, de 20 de abril, do Diretor de Abastecimento, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 7 de maio de 2018.

28-02-2019. - O Diretor de Abastecimento, *António Carlos Dias Gonçalves*, Comodoro.

(Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2019, pelo Ministério da Defesa Nacional - Marinha).

----- Despacho do Vice-almirante Superintendente do Pessoal, n.º 20/2019, de 18 de março.

RECURSO A ESTABELECIMENTOS ESTRANHOS AO SISTEMA DE SAÚDE MILITAR PARA CONSULTAS, EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTOS, INCLUINDO INTERNAMENTO.

Face às modificações sucessivas verificadas nas instituições do Sistema de Saúde Militar (SSM) nos últimos anos;

Atendendo à revogação do Despacho n.º 511/2015, de 30 de dezembro de 2014, do Ministro da Defesa Nacional (MDN), através do Despacho 1702/2019, de 24 de janeiro de 2019, do MDN (Reorganização do Sistema de Saúde Militar – Assunção de Encargos), que o veio substituir.

Tendo em consideração que este último despacho atribuiu aos orçamentos dos ramos das Forças Armadas (FFAA), os encargos decorrentes dos cuidados de saúde prestados a militares na efetividade de serviço nas Unidades de Saúde dos ramos das FFAA de Tipo I, II e III, mantendo na esfera da Assistência na Doença aos Militares (ADM), os cuidados de saúde prestados em entidades com as quais esta tenha celebrado acordos, ou da livre escolha dos beneficiários, e tendo o Hospital das Forças Armadas (HFAR) orçamento próprio a partir de 2020;

Atendendo à necessidade da Direção de Saúde (DS) acompanhar, promover e assegurar a manutenção e reabilitação do estado de saúde dos militares e militarizados da Marinha.

Determino o seguinte:

1. Os militares na efetividade de serviço e os militarizados da Marinha devem recorrer preferencialmente aos cuidados de saúde prestados em entidades do SSM para consultas, exames auxiliares de diagnóstico e tratamentos, incluindo inclusivamente os que envolvam ou possam envolver internamento;
2. Em caso de recurso a outros prestadores de cuidados de saúde não militares situados fora da área de Lisboa (entidades de saúde não militares com as quais a ADM tenha celebrado acordos, ou entidades de saúde não militares da livre escolha dos beneficiários), os encargos decorrentes desses cuidados de saúde são suportados pela entidade gestora da ADM, ou pela unidade naval, de fuzileiros, de mergulhadores ou outras, desde que tal facto tenha sido motivado por questões de serviço;
3. Os internamentos que se verifiquem em estabelecimentos estranhos ao SSM devem ser reportados pelo militar/militarizado, ou seu representante em caso de impossibilidade, à respetiva Unidade/Estabelecimento/Órgão (UEO), no prazo máximo de 2 dias;
4. A UEO, por seu turno, deverá informar por mensagem MMHS o Centro de Medicina Naval (CMN), dando conhecimento à DS e à Direção de Pessoal (DP);
5. Os contactos de acompanhamento clínico do militar/militarizado com o prestador de cuidado de saúde não militar em que esteja internado são assegurados pelo CMN, através da Unidade de Medicina Geral do Departamento de Cuidados Primários, mantendo a DS informada;
6. Quando seja considerado oportuno, deve o CMN, em coordenação com a respetiva Especialidade Médica do Hospital das Forças Armadas (HFAR), promover o transporte do doente em ambulância, ou por outro meio que se considere adequado, para o HFAR;
7. À data da entrada em vigor do presente despacho é revogado o despacho do Vice-almirante Superintendente do Pessoal n.º 20/2015, de 30 de julho de 2015;
8. O presente despacho produz efeitos desde 1 de janeiro de 2019.

----- Despacho do Vice-almirante Superintendente do Pessoal, n.º 21/2019, de 18 de março.

DOENÇAS VIRAIS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS – PROCEDIMENTOS DE DESPISTAGEM E CONDUTA.

Atendendo às alterações a nível da Saúde Militar, verificadas na última década, nomeadamente as decorrentes da extinção do Hospital da Marinha e da criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR);

Face ao paralelismo epidemiológico das hepatites virais B e C (VHB e VHC) em relação à infeção pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH), agente infeccioso que está na origem da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA);

Perante o conhecimento da evolução natural das hepatites virais e da infeção pelo VIH;

Tendo em consideração que a entrada em vigor do Regulamento Geral da Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), em particular no que concerne ao tratamento de dados relativos à saúde, enquanto categoria especial de dados pessoais, merece uma proteção mais elevada;

Atendendo que o normativo referente aos procedimentos a adotar na Marinha, relativamente à despistagem e à conduta perante indivíduos seropositivos, tem mais de duas décadas e que importa atualizá-lo;

Determino a observância dos seguintes procedimentos:

1. A seropositividade a agentes infecciosos é uma situação reservada, sujeita a sigilo profissional, pelo que deve ser abordada com reserva e critério;

2. O despiste da infeção pelos vírus VIH 1 e 2, VHB e VHC deve ser efetuado nos seguintes casos:

- a. Suspeição clínica de infeção ou existência de fatores de risco de contágio;
- b. Militares a frequentar curso no estrangeiro, com duração superior a 6 meses, antes e depois do mesmo;
- c. Militares com deslocação ao estrangeiro, por motivo de serviço, em que seja requerido certificado de tal exame complementar ou de aptidão para o estrangeiro (a emitir pela Direção de Saúde (DS));
- d. Candidatos ao ingresso nos QP, RC e RCE;

3. Um resultado positivo para VIH, VHB e/ou VHC deve ser sempre confirmado, realizando-se a determinação da carga viral/teste confirmatório e envio à Consulta de Infeciologia do HFAR, caso se verifique essa positividade;

4. Devem adotar-se os seguintes procedimentos:

- a. Encaminhamento para a Consulta de Infeciologia do HFAR, para avaliação, orientação e tratamento, caso se justifique;
- b. Acompanhamento pelo médico da unidade, estabelecimento ou órgão (UEO) a que pertença, para além do efetuado pela referida Especialidade Médica;
- c. Dar conhecimento à DS, através de mensagem MMHS ou de Nota, salvaguardando a confidencialidade e colocando o código ICD 10 respetivo (B20 a B24 e/ou B16 a B18);

5. Indivíduos seropositivos para os referidos microrganismos não deverão estar em situação de embarque ou outras unidades operacionais;

6. As UEO da Marinha devem promover a divulgação de informação referente à prevenção da transmissão e à história natural das doenças relacionadas com essas infeções;

7. É revogado o Despacho do Vice-almirante Superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada, n.º 6/92, de 22 de maio de 1992;

8. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.